



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

**LETÍCIA DA S. TELLES MARQUES**

**MÚSICA E O ESTADO:**

**AS POLÍTICAS DA SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA PARA  
MÚSICA NO GOVERNO JACQUES WAGNER**

Salvador

2008

**LETÍCIA DA S. TELLES MARQUES**

**MÚSICA E O ESTADO:**

**AS POLÍTICAS DA SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA PARA  
MÚSICA NO GOVERNO JACQUES WAGNER**

Monografia apresentada ao Curso de Produção em Comunicação e Cultura, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Comunicação.

Orientador(a): Profa. Dra. Gisele Marchiori Nussbaumer

Salvador

2008

### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que tornaram este trabalho possível, em todas suas etapas. Aos parentes e amigos que contribuíram não somente com o apoio psicológico, mas com sugestões para enriquecer o trabalho, em especial: Daniel, Jan, Luciana, Gilberto e Arnaldo. A todos os amigos que participaram indiretamente deste processo. A Gica que pela orientação e suporte o tornou realidade.

## RESUMO

A diversidade de música produzida na Bahia, bem como as políticas culturais desenvolvidas pelo Estado originaram as questões desenvolvidas nesta pesquisa. Buscando estabelecer um elo entre a importância da música e sua relação com o Estado, este projeto tem como objetivo investigar as políticas culturais estabelecidas no primeiro ano do governo Jacques Wagner, através da recém criada Secretaria de Cultura e de uma de suas vinculadas, a Fundação Cultural do Estado da Bahia/FUNCEB, que criou uma Diretoria de Música e têm investido em uma política de editais e em projetos específicos para a área.

**Palavras – chave:** Música, Políticas Públicas de cultura, Diversidade, Movimentos Tradicionais, Editais, Projetos Culturais.

## SUMÁRIO

Introdução .....	05
1. Panorama da produção musical baiana .....	08
1.1 A diversidade musical baiana: das manifestações tradicionais ao <i>main stream</i> ....	08
1.1.1 Axé music .....	10
1.1.2 Samba de Roda .....	11
1.1.3 Filarmônicas .....	12
1.2 Políticas culturais para a música: iniciativas e formas de financiamento .....	14
1.2.1 Projeto Sua Nota é um Show .....	14
1.2.2 Osba .....	17
1.2.3 Casa das Filarmônicas .....	17
1.2.4 Fundo de Cultura.....	20
1.2.5 Faz Cultura.....	21
2. Políticas culturais para música no governo Jacques Wagner.....	24
2.1 A criação da Secretaria de Cultura/ SECULT.....	24
2.2 Políticas de financiamento para área de música.....	28
2.2.1 Fundo de Cultura .....	29
2.2.2 Faz Cultura .....	31
3. A Fundação Cultural do Estado da Bahia/ FUNCEB.....	36
3.1 Projetos e iniciativas da FUNCEB na área de música.....	37
3.1.1 Sua Nota é um Show.....	38
3.1.2 OSBA e Neogibá.....	40
3.2 Atuação da Diretoria de Música.....	43
3.2.1 Editais.....	45
3.2.2 Ações e projetos.....	51
3.2.3 Apoios .....	55

3.3 Desafios para área de música.....	56
Considerações Finais.....	58
Referências bibliográficas .....	60

## INTRODUÇÃO

A Bahia é indiscutivelmente um mosaico de gêneros musicais. Apesar de alguns estilos ocuparem um lugar de destaque na cena das mídias e, desta forma, alimentarem um importante mercado artístico, algumas regiões do Estado ainda se mantêm como pólo disseminador de uma cultura tradicional menos difundida.

O governo representa para os produtores musicais e artistas uma salvaguarda para manter as produções que sem seu suporte, não se manteriam. As políticas públicas não representam uma ação paternalista do Estado para a sociedade civil, mas uma estrutura para o desenvolvimento da música produzida no Estado.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar as políticas culturais que foram implementadas pelo Governo de Jacques Wagner no seu primeiro ano de gestão, através da recém criada Secretaria de Cultura do Estado da Bahia/SECULT e sua vinculada, a Fundação Cultural do Estado da Bahia/FUNCEB, que criou uma Diretoria de Música e têm investido na política de editais e em projetos específicos para a área.

Nesse sentido, a pesquisa proposta visa a responder as seguintes questões: a) Quais as principais necessidades e demandas da área de música no Estado da Bahia? b) A política de editais e os projetos implementados pela Secretaria de Cultura, através da Fundação Cultural do Estado, suprem essas necessidades e as demandas da área de música? c) Quais os resultados mais significativos e as principais lacunas percebidas para a área de música após o primeiro ano da atual gestão da Fundação Cultural?

Embora não seja de interesse desse trabalho tratar dos gêneros musicais predominantes da Bahia ou seguir uma incursão etimológica ou antropológica para delimitação de conceitos relacionados aos gêneros musicais, algumas considerações devem ser feitas. A primeira delas diz respeito a diversidade da produção musical baiana. Nesse aspecto, optamos por enfatizar os estilos musicais e entidades tradicionais música baiana: axé music, samba de roda e sociedade filarmônicas.

Para melhor entender as ações que estão sendo tomadas pelo governo Jacques Wagner, faz-se necessário também uma análise comparativa entre as linhas de trabalho da gestão atual com as anteriores.

Portanto, no primeiro capítulo desta monografia, destacamos um dos projetos mais relevantes do Estado na área de música, o Sua Nota é um Show, que teve seguimento no governo atual. O projeto foi criado através de uma parceria entre a extinta Secretaria de Cultura e Turismo/SCT e a Secretaria da Fazenda/SEFAZ e visa a estimular a troca de notas e cupons fiscais por ingressos de espetáculos musicais, como parte da Campanha de Educação Tributária do Estado. Seguindo as principais políticas públicas para música desenvolvidas pela então SCT, foi abordado ainda o desempenho da Casa da Filarmônicas e da Orquestra Sinfônica do Estado da Bahia/OSBA. A Casa das Filarmônicas atuou por nove anos na cidade de Salvador, era uma ONG que recebia recurso do Estado para atender as demandas das filarmônicas. Criada no ano de 1982, a OSBA é o mais importante investimento do Estado em música erudita. Como tópicos finais deste capítulo, analisamos mais importantes linhas de incentivo da extinta SCT: o Fundo de Cultura do Estado da Bahia/FCBA e o Faz Cultura. O primeiro refere-se a uma política de apoio direto entre Estado e sociedade civil e o segundo, tem como objetivo o apoio a projetos culturais através de parceria com empresas privadas através de isenção fiscal.

No segundo capítulo fazemos uma análise das políticas culturais para música que estão sendo implementadas pela recém criada Secretaria de Cultura do Estado da Bahia/SECULT. Inicia-se, portanto, com o tópico explicando a importância da separação entre a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Turismo, apontando as metas de ação que a primeira adotou desde o início da sua gestão. Em seguida, dando enfoque ao tema principal deste trabalho, buscou-se analisar as políticas de apoios para música da SECULT desenvolvidas através do FCBA e do Faz Cultura, que também passaram por reestruturação.

O último capítulo do trabalho trata das políticas e ações para música da Fundação Cultural do Estado da Bahia/FUNCEB, com sua nova estrutura, incluindo uma diretoria específica para música. No primeiro tópico, desenvolvemos um breve relato do funcionamento atual da FUNCEB, bem como as principais diretrizes de sua gestão. Dos projetos de música desenvolvidos, o primeiro analisado foi o Sua Nota é um Show, que no ano de 2007 sofreu algumas mudanças passando a abranger outras linguagens artísticas (cinema, dança, música e teatro) além da música. O tópico seguinte se detém no trabalho da OSBA, que além de aumentar o número de músicos no corpo artístico da Orquestra, com nova direção ampliou suas ações levando as apresentações para diversos espaços da capital e para o interior do Estado. Além disso, foi criado pela OSBA o projeto intitulado Neojibá (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia), uma das prioridades do Governo do Estado na área cultural.

Por fim, optamos por focar na atuação da Diretoria de Música da FUNCEB, sobretudo no que se refere à política de editais adotada e projetos desenvolvidos. Com relação aos editais de música, foram lançados dois nos anos de 2007: o Produção de Conteúdo Digital em Música e o Multimídia Circular. Dos projetos, merecem destaque o Mapeamento das Filarmônicas, o Encontro Internacional de Negócios em Música, o Mês da Música e o Fórum de Música, Mercado e Tecnologia. Por fim, tratamos dos apoios concedidos pela Diretoria de Música e dos desafios para a área de música no Estado.



## 1. PANORAMA DA PRODUÇÃO MUSICAL BAIANA

A análise dos conceitos que se fazem necessário para entender a relação entre música, mercado e política cultural servirão como ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho. Com relação à música é preciso reconhecer os gêneros que compõem este segmento artístico e esmiuçar a produção feita na Bahia, para uma compreensão mais ampla da diversidade musical do Estado. Em sentido estrito, partindo do pressuposto de que ao reconhecer a gama da produção cultural baiana e apontar suas principais carências, pode-se, então, perceber o resultado da política de gestão cultural desenvolvida pelo Estado.

Nessa busca por um estudo dos gêneros, é importante apontar quais os papéis que essas expressões culturais exercem no cenário cultural contemporâneo (JANOTTI, 2005). O entrelaçamento das inovações tecnológicas com o popular é relevante para se pensar em como dar andamento ao processo evolutivo da música, nesse caso, tendo como incentivador as instâncias públicas responsáveis pela cultura do Estado.

### 1.1 Diversidade musical baiana: das manifestações tradicionais ao *main stream*

Desde os anos 70, a Bahia se mantém no imaginário nacional como um criativo pólo de produção artística, berço do Cinema Novo, da Bossa Nova, da Tropicália. A partir dos anos 80, sua notoriedade se expandiu e o Estado tornou-se referência artístico-musical no Brasil com a invenção do samba-reggae pelos blocos afro, o desenvolvimento da *axé music* e a ascensão da percussão através da *world music* (GERREIRO, 2004). Nessa cadeia evolutiva, apontam-se também gêneros como o rock, o pop, o eletrônico, entre outros, porém sem dispor da mesma visibilidade e investimento. Isso porque, mesmo sendo corrente o discurso da diversidade cultural baiana, a chamada “baianidade” acabou sendo associada, quase que exclusivamente, a gêneros musicais mais comerciais. Por isso, não é de se estranhar que não apareçam, associados à cultura baiana gêneros, por exemplo, como o sertanejo e o repente, característicos do Sertão.

No universo musical baiano é comum associarmos a produção musical à indústria de massa. Embora exista, de fato, uma generalização de estilos musicais veiculados nas mídias e, com isso, uma padronização, há no Estado uma gama enorme de gêneros que envolve desde as manifestações mais tradicionais, como as filarmônicas e o samba de roda, até o axé music e o rock'n'roll.

Nos anos 60 e 70, em particular, a Bahia foi palco de uma efervescente produção musical. Destacavam-se os Tropicalistas e os Novos Baianos, encabeçados por artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Pepeu Gomes, Moraes Moreira e Maria Bethânia, além de João Gilberto, percussor da Bossa Nova. Ambos os movimentos se caracterizavam pela apropriação de diversos estilos musicais (samba, rock, música negra) para compor um estilo próprio que viria a influenciar produções de gerações posteriores.

No cenário *underground*, o rock aparece no final da década de 60. Raul Seixas lança seu primeiro disco, o “Rauzito e os Panteras”, modificando uma cena que até então era composta por bandas que reproduziam o rock produzido na Inglaterra e nos Estados Unidos. A partir daí, o rock baiano ganha visibilidade não somente na imprensa e no mercado musical, mas entre jovens de todo o país. Foi esse terreno fértil que deu origem, anos depois, a bandas de *punk rock* como Camisa de Vênus, Úteros em Fúria, bem como a cena *heavy metal*.

No universo da indústria cultural, é somente nos anos 80 que a Bahia ganha realmente notoriedade no cenário nacional, com o desenvolvimento do estilo percussivo e a inserção do axé music no contexto da *world music*. Este contexto foi extremamente importante para fortalecer a produção musical baiana. O ritmo produzido nas periferias de Salvador, a partir da fusão harmônico-percussiva, alcançou os consumidores de classe média/alta, que até então ignoravam a música dos blocos afro e preferiam correr atrás dos trios elétricos. Como registra Goli Guerreiro, “a produção de música percussiva saía das periferias da cidade (das quadras dos blocos afro) para ocupar um lugar de destaque no meio musical de Salvador e no mundo da música no Brasil” (2004, p.3).

### **1.1.1 Axé music**

A força da música percussiva produzida pelos blocos afro passa, no final dos anos 80, a influenciar a musicalidade dos trios elétricos, que, movidos pela atenção que a mesma despertava, empreenderam a apropriação de ritmos negros. Essa apropriação implicava em trabalhar a base rítmica com os recursos da instrumentação eletrônica, adicionando a harmonia do teclado, baixo e guitarra, e em eletrizar as canções carregadas de conteúdos anti-racistas produzidos nos “guetos” da Bahia. Nasce o axé music.

A axé music é o encontro da música dos blocos de trio com a música dos blocos afro (frevo baiano + samba-reggae). Trata-se de um estilo mestiço, cuja linguagem mistura sonoridades harmônicas e percussivas. Esta mescla foi concebida inicialmente pelas bandas de trio, atraídas pela visibilidade e inovação musical do samba-reggae.

As bandas que embarcam no sucesso da “axé music”, aproveitando esse novo potencial, não possuem ligação com a cultura negra baiana - são as “bandas de trio elétrico”. Como sua ligação com a forma de se fazer o “carnaval baiano” era copiada dos blocos de cultura africana apenas na forma, bastou preservar alguns poucos elementos e se abrir para a incorporação de novos elementos que criassem uma identidade ligada a todo o país. Sua identidade se liga, portanto, a um novo projeto de banda que se adequou facilmente às festas de qualquer região do país exatamente porque pouco conservam de específico da Bahia.

A partir daí, podemos dizer que o mercado da música baiana sofre uma certa uniformização dos estilos e o axé music passa a ser o principal referencial da Bahia. Por ser um produto de fácil acessibilidade, já que tem todo suporte dos artefatos midiáticos, o axé music ganha uma fatia substancial do mercado brasileiro, permitindo com isso, sua sustentabilidade e um lucro que não se encontra em outros estilos musicais.

Ao analisarmos a indústria fonográfica baiana, por exemplo, a primeira empresa de gravação de som musical criada na Bahia em 1985, teve como seu primeiro sucesso a gravação da banda “Acordes Verdes”, liderada pelo cantor de axé music Luís Caldas. Segundo Wesley Rangel (proprietário da gravadora WR produções), o surgimento a indústria fonográfica na Bahia se confunde com o surgimento do axé music. (ALMEIDA, 2000, p. 135)

### **1.1.2 Samba de roda**

Na chamada cultura popular ou música popular, merece destaque o samba de roda, uma herança negro-africana que se mesclou de maneira singular a traços e costumes culturais trazidos pelos portugueses, como é o caso de certos instrumentos musicais (viola e pandeiro principalmente), e à própria língua portuguesa e elementos de suas formas poéticas.

O samba de roda está ligado a tradições culturais transmitidas por africanos escravizados e seus descendentes, incluindo, entre outras, o culto aos orixás e caboclos, o jogo da capoeira e a chamada “comida de azeite”. É especialmente forte e conhecido na região do Recôncavo Baiano, faixa de terra que se estende por trás da Baía de Todos os Santos. Seus primeiros registros, já com o nome e com muitas das características que ainda hoje o identificam, datam dos anos 1860. Historiadores da música popular consideram o samba de roda baiano a principal fonte do samba carioca que, como se sabe, veio a tornar-se, no decorrer do século XX, um símbolo indiscutível de brasilidade. A narrativa de origem do samba carioca remete à migração de negros baianos para o Rio de Janeiro no final do século XIX, que teriam buscado reproduzir, nos bairros situados entre o canal do mangue e o cais do porto, seu ambiente cultural de origem, onde a religião, a culinária, as festas e o samba eram partes destacadas. As famosas “tias” baianas – como tia Amélia, tia Perciliana e, sobretudo tia Ciata – e seus filhos – como Donga e João da Baiana – também tiveram papel de relevo na fase pioneira do samba no Rio de Janeiro, sobretudo até meados dos anos 1920.

Depois disso, o samba de roda baiano continuou sendo uma das referências do samba nacional, presente de maneira mais ou menos explícita nas obras de artistas expoentes da MPB como Dorival Caymmi, Ary Barroso e Caetano Veloso, assim como na “ala das baianas” das escolas de samba e nas letras de inúmeros compositores de todo o país. Estas são razões a mais para que o samba de roda seja devidamente conhecido e valorizado, não como matriz longínqua e algo do passado, mas como parte da cultura atual da Bahia.

Em 2004 o samba de roda do Recôncavo Baiano foi registrado como patrimônio cultural imaterial brasileiro. No ano seguinte, foi inscrito na lista das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, selecionado pelo Comitê da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que considera o

patrimônio imaterial um repositório da diversidade cultural, essencial para a identidade dos povos e das comunidades<sup>1</sup>.

O título internacional de Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade foi criado pela UNESCO, em 2001, como forma de estimular os governos, as ONGs e as próprias comunidades locais a reconhecer, valorizar, identificar e preservar o seu patrimônio intangível. A proclamação ocorre a cada dois anos, a partir de uma seleção feita por meio de um júri internacional, indicando espaços e expressões de excepcional importância dentre candidaturas propostas pelos países. No caso do Brasil, a candidatura do samba de roda foi estimulada pelo Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e coordenada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Não há um calendário ou ocasiões exclusivas para a realização do samba de roda, mas há aquelas na qual ele é indispensável. É comum ser realizado em associação com o calendário festivo – caso, entre outros, dos sambas de São Cosme e Damião (setembro), do samba da Boa Morte em Cachoeira (agosto), e de sambas em “toques” para caboclos em terreiros de candomblé; mas pode também ser realizado a qualquer momento, como uma diversão coletiva, pelo prazer de tocar.

### **1.1.3 Filarmônicas**

É no período da chegada de D.João VI ao Brasil que historicamente se tem registros das sociedades filarmônicas brasileiras. Acompanhando a Corte estava a Banda da Armada Real de Portugal, um conjunto musical militar muito conhecido na Europa. À época, atuavam no país pequenas orquestras de cordas e coros destinados aos ambientes das igrejas. A música dita das ruas era feita pelas bandas de barbeiros que as executavam com instrumentos de sopro.

A organização de sociedades filarmônicas não se restringia à arte de execução musical. Com o advento das primeiras entidades, suas diretorias já interessavam-se pela criação de bibliotecas e salas para audição de poemas e apresentações de dança. A partir daí, e com a obrigatoriedade, prevista em decreto real, de se formarem bandas de música em todas as corporações militares do país, disseminou-se o gérmen que propiciou o florescimento de muitas sociedades musicais.

---

<sup>1</sup> <http://www.pixelindoor.com.br/sambaderoda/>. Acesso em 25 de abril de 2008.

Como registra Fred Dantas,

as organizações de ensino, criação e execução musical conhecidas como filarmônicas, líras, ou simplesmente bandas de música chegam ao início do novo século em plena vitalidade, em uma caminhada de 200 anos em terras brasileiras. Essas entidades, depois do enorme prestígio social experimentado na primeira metade do século passado, enfrentaram uma progressiva decadência na metade seguinte, ao mesmo tempo em que, eventualmente, surgem tentativas de valorização e resgate.<sup>2</sup>

Estas instituições, tradicionais no interior da Bahia, além de executar hinos, marchinhas, dobrados, valsas, polcas, sonatas e outras peças musicais por ocasião das datas cívicas, festivas e comemorativas dos municípios, desempenham um importante papel sócio-educacional. Em sua organização, geralmente uma sociedade civil sem fins lucrativos, existe uma divisão de cargos administrativos e de educação musical. Neste contexto, são montadas escolas de música que proporcionam aos jovens oportunidades de crescimento e aperfeiçoamento e até mesmo a profissionalização no campo da música. O aprendizado ocorre no turno complementar ao da escola tradicional. O interessante é que, no modelo em vigor, crianças e jovens são “apadrinhados” por um músico residente em seu bairro de moradia, tornando fácil o contato na hora da dúvida sobre determinada partitura ou sobre o próprio uso do instrumento, que passa a fazer parte do cotidiano do aluno ainda na fase de iniciação musical. Ou seja, a teoria caminha junto com a prática, e isso faz a diferença desse modelo de transmissão de conhecimento musical.

O Festival de Filarmônicas do Recôncavo, por exemplo, buscando incentivar o funcionamento e a preservação das mesmas, só admite em seu festejo aquelas filarmônicas que estejam comprometidas com a formação musical nas cidades de origem. Sua mais recente edição, em dezembro de 2007, contou com a participação recorde de 38 filarmônicas.

Atualmente, existem em toda Bahia cerca de 200 filarmônicas, nas quais atuam mais de seis mil músicos, a maioria (cerca de cinco mil) constituída por menores de 21 anos. A região do Recôncavo é a mais rica nesta tradição, são 36 filarmônicas funcionando e a média de alunos nas suas escolas é maior do que no resto do Estado: 100 alunos. “Por ano, são formados, em média, 1.800 músicos”, diz Pedro Archanjo ,

---

<sup>2</sup> <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/04/revista%20da%20bahia/Musica/filarmo.htm> Acesso em 25 de abril de 2008.

diretor do Centro Cultural Dannemann e idealizador do Festival de Filarmônicas do Recôncavo (Festfir), dando a dimensão da importância das filarmônicas no Recôncavo.<sup>3</sup>

## **1.2 Políticas culturais para a música: iniciativas e formas de financiamento**

Apesar de a música ser uma linguagem artística com um pouco mais de acessibilidade ao mercado e junto ao público em geral, políticas públicas de incentivo são de grande importância para garantir a sua sustentabilidade. O Estado tem o papel, portanto, de fomentador de iniciativas de artistas e da sociedade civil de modo geral, além de criar um campo onde as manifestações artísticas possam ser desempenhadas.

As iniciativas governamentais desenvolvidas pela extinta Secretaria de Cultura e Turismo para a área de música giravam em torno, principalmente, de apoios diretos. Pouco foi feito, portanto, em termos de políticas públicas. Neste sentido, destacavam-se alguns projetos, iniciativas e formas de financiamento, que destacaremos a seguir.

### **1.2.1 Projeto Sua Nota é um Show**

Para uma visão mais abrangente das políticas culturais desenvolvidas pela Secretaria de Cultura e Turismo e pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, órgão vinculado da mesma, é importante destacar projetos que caracterizaram as ações daquela gestão. Destaca-se sobretudo, neste caso, o projeto Sua Nota é um Show.

Desenvolvido pela FUNCEB, o projeto integra a Campanha de Educação Tributária do Estado, como parte do Programa de Educação Tributária/PET-BA, versão estadual do Programa nacional de Educação Fiscal/PNEF. O PET-BA é uma parceria entre a Secretaria da Fazenda e Secretarias de Educação e Cultura dos estados e municípios, e busca conscientizar a população, através de eventos culturais ou de cunho social, da necessidade de arrecadação de notas fiscais.

Na Bahia, o programa teve início com a parceria da Secretaria da Fazenda com a Secretaria de Cultura e Turismo, através do projeto e campanha Sua Nota é um Show, estendendo depois para a Secretaria de Educação (Faz Universitário). O PET visa incentivar o hábito das trocas de notas fiscais, estimulando o acompanhamento dos recursos públicos e o exercício da cidadania, além de promover a consciência da população acerca da importância social dos impostos. (GOLI, 2004)

---

<sup>3</sup> [http://www.saofelix.ba.gov.br/filarmonica\\_1.html](http://www.saofelix.ba.gov.br/filarmonica_1.html) acesso em 28 de abril

A campanha Sua Nota é um Show teve início em 1999, e foi calcada nos seguintes objetivos (Decreto nº 7.505, de 18 de janeiro de 1999.):

- Desenvolver a conscientização da importância do ICMS no cumprimento das obrigações sociais do Estado;
- Estimular o hábito de exigir documentos fiscais, quando da aquisição de mercadorias;
- Incrementar o combate à sonegação fiscal; incentivar atividades artístico-culturais, oferecendo oportunidades aos novos talentos;

Esses objetivos seriam alcançados através da troca de cupons ou notas fiscais por ingressos para apresentações de música na Concha Acústica do Teatro Castro Alves.

De acordo à pesquisa de Goli Guerreiro, “Criatividade e Trabalho no Cenário Musical da Bahia” de 2004, até o ano de 2003 os números correspondentes às apresentações deste projeto na Concha Acústica foram de 3,8 milhões de pessoas, num total de 150 apresentações, arrecadando cerca de 58 milhões de notas e cupons fiscais, o que torna a Campanha uma expressiva arma no âmbito cultural e de grande importância para a sociedade.

Não se pode deixar de lado, que esta política fiscal, mesmo correspondendo a uma campanha de arrecadação de notas fiscais, associado aos agentes da cultura, torna-se também uma política cultural. Entre a parceria da Secretaria de Cultura e Turismo com a Secretaria da Fazenda, cabia a Secretaria de Cultura e Turismo/SCT apenas o apoio institucional, sem representação no Programa.

As trocas de cupom fiscal eram feitas da seguinte forma: cada ingresso para show devia ser trocado por 10 notas ou cupom fiscais de qualquer valor, do mês vigente ou imediatamente anterior à troca. Cada pessoa tinha o direito a trocar o equivalente a dois ingressos. As trocas eram feitas na bilheteria do Estádio Otávio Mangabeira, conhecido como Fonte Nova, geralmente às segundas-feiras anteriores aos shows, que aconteciam na sexta-feira na Concha Acústica do Teatro Castro Alves. Apesar da iniciativa tentar manter um controle de troca, havia uma forte atuação dos cambistas, que se aglomeravam nos dias de troca, comercializando depois os ingressos nos dias das apresentações, por valores que variavam de acordo a atração e a procura do público.

O problema de uma política pública extrapolar a secretaria na qual foi elaborada ou aplicada, como neste caso, é que precisa estabelecer critérios de acordo com área à qual se destina. No âmbito das políticas culturais, o que se concebe como cultura, no Estado, está sob responsabilidade da Secretaria de Cultura & Turismo



- SCT. Pode-se perguntar como poderia atuar a Secretaria da Fazenda - SEFAZ nesta área sem uma parceria efetiva com a SCT. Se já é uma questão complexa definir o que é cultura para o Estado, pode-se supor como é difícil o desenvolvimento de uma estratégia como esta (GOLI, 2004, p.36)

Apesar dos números acima, a *Campanha Sua Nota é Um Show* nem ao menos é citada na publicação da Secretaria da Cultura e Turismo, circulada em 2003, sob o título *Bahia – Política Cultural*. Entretanto, nos Relatórios de Atividades da SCT nos anos de 1999 e 2000, bem como no Relatório de Atividades do Estado de 2001, no Capítulo *Indústria Cultural*, estão presentes todos os números resultantes das atividades da Campanha. E, como se trata de um dos poucos projetos que possibilita atender a uma certa diversidade de artistas e de público com acesso “facilitado”, dada a forma de aquisição do ingresso, é preocupante a ausência de uma atuação efetiva da Secretaria de Cultura e Turismo na sua concepção e condução, o que de certa forma demonstra a importância dada à cultura pelo Governo da época, bem diferente do discurso oficial.

Uma das críticas apontada por Guerreiro, se refere ao fato de que a Campanha poderia representar uma boa estratégia de promover e divulgar o artista local para um público mais ampliado. Porém, este objetivo oficialmente colocado nos preceitos da criação do Programa, ficou comprometido pela maneira como o mesmo programa era conduzido. As atrações locais, sejam artistas de carreira consolidada, sejam iniciantes, terminavam servindo apenas como ponte para as atrações principais, normalmente artistas consagrados e, na maioria das vezes, de grande sucesso nacional e apelo comercial. Sequer se fazia publicidade das atrações locais. “A maior parte do público que recorre à Concha Acústica só tem a informação acerca de quem se apresenta no início se procurar, por iniciativa própria, nos anúncios”.<sup>4</sup>

### 1.2.2 OSBA

A orquestra Sinfônica da Bahia/OSBA foi criada em 30 de setembro de 1982 e sua primeira apresentação ocorreu em 15 de dezembro do mesmo ano. Uma companhia estadual que integra os corpos estáveis do Teatro Castro Alves, a OSBA até o ano de 2006 era composta por 58 músicos ao todo.

Durante todo esse período até os dias de hoje, a OSBA se manteve em atividade promovendo concertos e ensaios abertos. Até o ano de 2006, a OSBA promovia dois

---

<sup>4</sup> GUERREIRO, G., 2004

concertos ao mês na Sala Principal do Teatro Castro Alves/TCA, sendo que após cada apresentação a Orquestra fazia ensaios abertos ao público com a intenção de formar platéia, na sala de ensaio do TCA.

Desde o seu surgimento, a OSBA esteve sob a regência do Maestro Erick Vasconcelos, que só deixou o cargo no final do ano de 2007. Era função do maestro, a responsabilidade com o trabalho artístico do corpo musical. Até o ano de 2006 a direção artística da Orquestra esteve aos cuidados do diretor artístico Salomão Rabinovitz, funcionário público nomeado pelo diretor do TCA Theodomiro Queiroz, responsável tanto por definir a temporada, a frequência das apresentações, convidar solistas e maestros para participar de determinados concertos, quanto do controle administrativo e financeiro da Orquestra. Em suas apresentações, a OSBA já esteve sob a regência de conceituados maestros e solistas, a exemplo de Montserrat Caballé, Pavarotti e Narciso Yepes. E de solistas mais populares como Egberto Gismonti, Wagner Tiso, Armandinho e Léo Gandelman.

### **1.2.3 Casa das Filarmônicas**

Nas filarmônicas a idéia de fidelidade à corporação é preponderante. Por serem entidades que ensinam gratuitamente, que comparecerem a eventos sem conotação comercial, as filarmônicas precisam ser ajudadas com verbas de manutenção, aquisição de instrumentos, fardamento e conservação dos prédios que ocupam. “Felizmente não se tem notícia de bandas de música vestindo logotipos de empresas, como ocorre no futebol, hoje fato natural, mas que para um astro de real grandeza como Mané Garrincha poderia parecer desconcertante.”<sup>5</sup>

A participação das prefeituras na manutenção destas “organizações culturais”, não é significativa em vista das necessidades exigidas para a conservação e desenvolvimento dos grupos. Sendo assim, o Estado possui um papel decisivo na sustentação das sociedades das filarmônicas.

Em 1999, foi criada, por um grupo de pessoas interessadas em fomentar as atividades socioculturais das sociedades filarmônicas da Bahia, a Casa da Filarmônicas, uma organização não-governamental (ONG) que tinha como objetivo a implementação

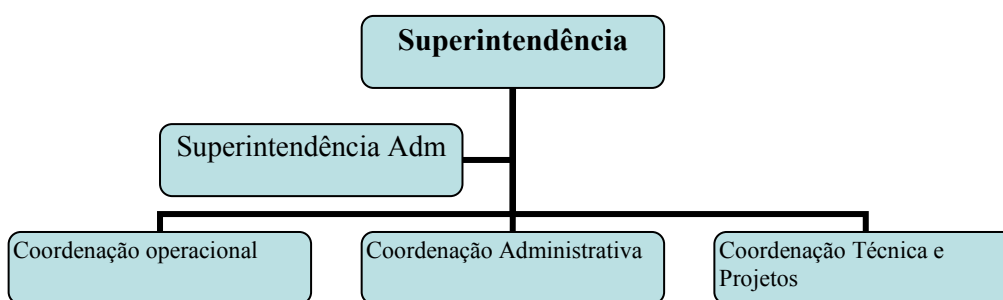
---

<sup>5</sup> Fred Dantas: <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/04/revista%20da%20bahia/Musica/filarmo.htm>  
Acesso em 28 de abril de 2008

de oficinas de reparo e banco de partituras, além da aquisição de instrumentos e captação de recursos junto ao governo federal e estadual. Utilizando-se das ferramentas digitais, como a internet, essa Casa deveria ser a voz a favor das bandas de música e um vetor de divulgação da sua cultura. Segundo José Tolentino, ex-diretor da extinta Casa das Filarmônicas, a iniciativa do governo baiano foi decisiva para a preservação dos grupos musicais:

Desde 1999, ano da nossa fundação, até agora, já distribuimos cerca de 1,6 mil novos instrumentos para quase 90 filarmônicas, com o apoio dos governos estadual e federal. No mesmo período, recuperamos e entregamos para 34 filarmônicas um total de 620 instrumentos que estavam danificados. Sem essa ajuda e estímulo, muitas delas teriam grandes dificuldades para continuar funcionando.<sup>6</sup>

Operacionalmente a Casa das Filarmônicas funcionava da seguinte forma:



Reconhecendo o papel sociocultural desempenhado pelas filarmônicas e a necessidade de implementar programas de incentivo à cultura musical no âmbito do Estado, a Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia firmou um convênio com a Casa das Filarmônicas em 1999, viabilizando recursos para sua operação. “Acredito que a criação de uma estrutura para desenvolvimento de atividades direcionadas ao fomento das bandas de música do Estado é uma necessidade imperativa, principalmente pela importância histórica dessas organizações, algumas delas já centenárias”<sup>7</sup>, afirma Arnaldo Almeida funcionário da Casa que atuava na elaboração, implantação e coordenação dos projetos “Escola de Música do Maestro Wanderley” e “Oficina de reparo de instrumentos de Sopro”.

<sup>6</sup> [http://www.clubecorreio.com.br/aquisalvador/noticia\\_impresao.asp?codigo=21919](http://www.clubecorreio.com.br/aquisalvador/noticia_impresao.asp?codigo=21919) Acesso em 28 de abril de 2008.

<sup>7</sup> Entrevista concedida em 5 de maio de 2008.

A Casa das Filarmônicas teve como sede, de 1999 a 2006, um sobrado localizado à Rua do Carmo, nº 08, no bairro Santo Antonio. Em suas instalações funcionava, além da área administrativa, uma oficina para reparos de instrumentos de sopro, a Escola de Música Maestro Wanderley e o Banco de Partituras Musicais. Nesse período a organização recebeu apoios financeiros de outras fontes para realização de diversos projetos, a saber:

- Bompreço : Criação da Oficina de Reparos;
- TimMaxitel : Programa TimMaxitel – Oficinas de música pelo interior do Estado;
- MinC : Criação do Banco de Partituras;

Além da sua função de armazenar dados, estruturando informações, viabilizando repasses de recursos financeiros e materiais, a Casa das Filarmônicas também realizava, ou apoiava financeiramente eventos envolvendo as bandas cadastradas em seu banco de dados e que estivessem em dia com as obrigações legais. Destacavam-se:

- Desfile 2 de Julho;
- Encontro das Filarmônicas Centenárias;
- Encontros nos Municípios;
- Festival de Filarmônicas do Recôncavo;

Após 9 anos de atuação, a Casa das Filarmônicas ainda era uma ONG dirigida por um grupo de pessoas fortemente ligadas ao governo do Estado e não possuía no seu corpo de associados nenhum músico ou representante das próprias sociedades filarmônicas. Essa configuração terminou por cristalizar uma estrutura que tinha pouca autonomia e um corpo diretivo que não buscava a sustentabilidade da organização, não investindo recursos na qualificação para a gestão nem em projetos que efetivassem e/ou fortalecessem parcerias com o setor privado. Segundo Arnaldo Almeida, “essa condução gerencial focada numa relação de dependência de recursos governamentais foi, a principal responsável pelo declínio de uma organização que poderia estar sendo vista hoje como um modelo de estrutura”.<sup>8</sup>

### **1.2.5 Fundo de Cultura**

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida em 5 de maio de 2008

O Fundo de Cultura da Bahia – FCBA, criado em 2005 e vinculado à extinta Secretaria de Cultura e Turismo, tem por objetivo o apoio total ou parcial de projetos que visem à produção cultural baiana de iniciativas de pessoa física e jurídica de direito público ou privado, cujas finalidades<sup>9</sup> devem ser:

I - apoiar as manifestações culturais, com base no pluralismo e na diversidade de expressão;

II - promover o livre acesso da população aos bens, espaços, atividades e serviços culturais;

III - estimular o desenvolvimento cultural do Estado em todas as suas regiões, de maneira equilibrada, considerando o planejamento e a qualidade das ações culturais;

IV - apoiar ações de manutenção, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Estado;

V - incentivar a pesquisa e a divulgação do conhecimento sobre cultura e linguagens artísticas;

VI - incentivar o aperfeiçoamento de artistas e técnicos das diversas áreas de expressão da cultura;

VII - promover o intercâmbio e a circulação de bens e atividades culturais com outros Estados e Países, difundindo a cultura baiana;

VIII - valorizar os modos de fazer, criar e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade.

De acordo a pesquisa feita com base nos relatórios do FCBA, de 2005 e 2006, verifica-se uma forte concentração de recursos nos repasses feitos para instituições que se designam a trabalhar com manifestações tradicionais, referimos neste caso a Casa das Filarmônicas e a Sociedade Musical Oficina Frevos e Dobrados. No ano de 2005, pela Secretaria de Cultura e Turismo, apenas um apoio foi destinado a artistas e/ou produtores baianos, este mesmo número se manteve em 2006. Destes projetos apenas constam apoios específicos à gravação de CDs, totalizando 4% do montante da verba nos dois anos.

É notório também ao analisar os dados estatísticos do FCBA de 2005 e 2006, que apesar do foco principal não ser os projetos externos, alguns grupos tradicionais foram bem contemplados, tendo em vista a quantidade de recurso destinado às determinadas instituições. A Casa das Filarmônicas recebeu em 2005 cerca de R\$

---

<sup>9</sup> [www.cultura.ba.gov.br](http://www.cultura.ba.gov.br) ; Lei n° 9431 de 11 de fevereiro de 2005

600.000,00 (seiscentos mil reais), o correspondente a 86% do total de verba destinado a música deste ano. Em 2006 esse valor chegou a R\$ 1.618.335,00, (Hum milhão seiscentos e dezoito mil e trezentos e trinta e cinco reais) maior inclusive que o total recebido pela FUNCEB no mesmo ano. No ano de 2006 cerca de 84% dos recursos do FCBA foi destinado a mesma instituição.

A expressividade dos apoios concedidos pelo Fundo de Cultura até o ano de 2006, denota a especificidade da cultura baiana adotada pela SCT, mais voltada para manifestações tradicionais. Soma-se ainda a esse contexto o papel que as instituições como a Casa das Filarmônicas vem desempenhando, assumindo a gestão do dinheiro público em prol dos interesses de um determinado segmento musical. Ao destinar quase que a totalidade dos recursos do FCBA para uma instituição, além de manter um monopólio das verbas públicas, limita as ações do governo diante a diversidade de gêneros produzidos na Bahia.

#### **1.2.4 Faz Cultura**

O Programa Estadual de Incentivo à Cultura, o Faz Cultura, foi implementado pelo Governo do Estado da Bahia em 1996, como uma política de financiamento à produção da cultura baiana. O incentivo à cultura se dá através do abatimento de até 5% do ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - de empresas sediadas na Bahia, que podem recolher até 80% do valor a ser financiado. A legislação do Programa foi aperfeiçoada durante as gestões de César Borges (1995-1999) e Paulo Souto (1999-2002), alterando alguns critérios de inscrição e avaliação dos projetos. É importante destacar esta fonte de financiamento, já que o próprio Estado, considerava como a mais importante intervenção entre o estado e o mercado.

Dados apresentados na pesquisa Política Cultural na Bahia: o Caso Faz Cultura de Mariella Pitombo Vieira apontam que, entre o período de 1997 a 2002, a Música foi a segunda área mais beneficiada, perdendo apenas para Artesanato, Folclore e Tradições populares, com 177 projetos, o equivalente a 23,05%, seguida pelas Artes Cênicas (120 projetos / 15,63% do total), Literatura (81 propostas incentivadas ou 10,55%), Arquivo,

Biblioteca, Museus, Bens Móveis e Imóveis (43 projetos ou 5,60%), Artes gráficas, Plásticas e Fotografia (42 projetos ou 5,47) e Cinema e Vídeo (31 projetos ou 4,04%).

Vale ressaltar o desempenho da área de “Música”, significativamente beneficiada pelo Fazcultura. Analisando a relação dos projetos patrocinados, circunscritos nessa rubrica, foi possível verificar que há uma variedade considerável de produções que se encaixam nessa área. De promoção de festivais e premiações, a gravação de CDs de diversos gêneros musicais (instrumental, jazz, barroco, pop-rock, forró, entre outros), uma quantidade significativa de projetos ligados à música vem sendo apoiada com recursos do Fazcultura. Contudo, constata-se que são produções de realizadores que não se inscrevem no circuito da produção já consagrada (PITOMBO, 2004, p.186).

Mesmo sem ter sido feito contato com os dirigentes das empresas patrocinadas, Pitombo levanta a hipótese que para justificar este cenário, pressupondo que a quantidade e o tipo de linguagem artística (tanto no teor, quanto na natureza) patrocinados estão relacionados o seu retorno mais significativo aos investidores, do ponto de vista de promoção institucional de sua marca. Já que, na grande maioria, os eventos incentivados possibilitavam, pela sua dinâmica de difusão e consumo, uma maior audiência e repercussão na mídia.

Mariella Pitombo levanta em seu trabalho de pesquisa, uma fonte de dados bem interessante dos motivos pelos quais levaram as empresas a investir em cultura, numa pesquisa encomendada pelo Ministério da Cultura à Fundação João Pinheiro, intitulada “Diagnóstico dos Investimentos em Cultura no Brasil, Volume 2”. Segundo a pesquisa, o maior interesse em patrocinar projetos de teor cultural reside no fato das empresas associarem a sua imagem junto com atividades que são valorizadas socialmente. Ao patrocinar cultura, a empresa agrega ao produto vendido à carga simbólica das atividades culturais, oferecendo ao consumidor mais do que o valor de uso do próprio produto. Dentre os motivos mais citados pelas empresas sobre os fatores que influenciam o investimento cultural destacam-se: a consolidação da imagem institucional (65,04%), a agregação de valor à marca da empresa (27,64%), o reforço do papel social da empresa (23,58%), os benefícios fiscais (21,14%), o retorno de mídia (6,50%) e a aproximação do público alvo (5,69%).

Voltando ao foco das áreas artísticas financiadas por esta política de incentivo, Música englobou no período de 1997 a 2002, 25% do total de recursos captados, o que correspondeu ao montante de R\$ 17.853.767 (Dezessete milhões oitocentos e cinquenta e três mil e setecentos e sessenta e sete reais). No ano de 2006, este valor chegou à R\$

2.360.543 (Dois milhões trezentos e sessenta mil, quinhentos e quarenta e três reais)  
Estes dados tanto valem para projetos de espetáculos musicais como para manutenção de espaços e grupos tradicionais da área.

Um outro indicador digno de nota, ainda com base na pesquisa de Pitombo, refere-se ao decréscimo do volume de recursos captados na área de tradições populares, verificado a partir de 2000, à intervenção do governo que restringiu o incentivo a projetos ligados ao Carnaval e ao São João, através de decretos. Em 1997, não houve sequer um projeto patrocinado nessa área. No entanto, em 1999, o índice de captação atinge seu cume, chegando ao volume R\$ 3.746.079,00 (Três milhões setecentos e quarenta e seis mil e setenta e nove reais), referentes aos 164 projetos patrocinados sob essa rubrica – vale ressaltar que desse total, um montante de R\$ 1.134.605,00 (Um milhão cento e trinta e quatro mil e seiscentos e cinco reais) foi despendido com projetos carnavalescos (blocos afros, de índio e percussão, trios independentes e infraestrutura operacional). Já em 2006, nenhum projeto ligado a estes segmentos foi contemplado.



## 2. POLÍTICAS CULTURAIS PARA MÚSICA NO GOVERNO JACQUES WAGNER

### 2.1 A criação da Secretaria de Cultura/ SECULT

Em dezembro de 2006 foi instituída a Lei 10.549, através da qual o recém eleito governador do Estado Bahia, Jacques Wagner, outorgou mudanças substanciais na estrutura da máquina estatal, dentre elas, a criação da Secretaria de Cultura/SECULT, nomeando como Secretário o diretor teatral Márcio Meirelles.

O principal desafio da nova secretaria está em mudar a forma de gerir e conceber a cultura, demonstrar os “os diversos aspectos da cultura e seus respectivos potenciais, como a capacidade de geração de renda e emprego, de qualificação das relações sociais, preservação ambiental, redução da violência, auto-estima, inclusão social, soberania, de prazer e conquista de felicidade”<sup>10</sup>.

Até então, a cultura estava diretamente vinculada ao turismo, através da Secretaria de Cultura e Turismo/SCT, vínculo esse que provocou espécie de submissão da cultura baiana à lógica do turismo. A cultura baiana era representada pelos “estoques culturais do Recôncavo e os investimentos concentraram-se na capital. Os principais esforços da Secretaria estavam voltados para “vender” a Bahia como um lugar interessante para se visitar”<sup>11</sup>.

A estrutura organizacional da Secretaria de Cultura, conforme organograma abaixo, passa a ser composta pelo Conselho Estadual de Cultura, Gabinete, Diretoria Geral, Superintendência de Promoção Cultural, Superintendência de Cultura, Assessoria e mais quatro unidades vinculadas: Fundação Pedro Calmon/FPC, Fundação Cultural do Estado da Bahia/FUNCEB, Instituto do Patrimônio Artístico-Cultural/IPAC e Instituto de Radiodifusão Educativa/IRDEB.

---

<sup>10</sup> <http://www.cultura.ba.gov.br/secretaria/desafio>. Acesso em 25 de abril de 2008.

<sup>11</sup> <http://www.cultura.ba.gov.br/secretaria/historico>. Acesso em 25 de abril de 2008.



Fonte: Secretaria de Cultura

Criada a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, cabe então perguntar qual o papel do Estado e das políticas públicas de cultura? O de regulador do mercado, ou regulador da tensão de interesses entre o setor privado e os direitos culturais da população como um todo? O Estado deve intervir na produção cultural para garantir uma maior equanimidade dos bens simbólicos?

A perspectiva que se abre para a atuação da Secretaria de Cultura parece ser mais próxima daquela apontada por Nestor Garcia Canclini (2000), que entende ser o Estado um ator cada vez mais revestido do papel de regulador, de intermediador dos conflitos entre os interesses privados e da sociedade civil. Portanto, um ator dotado de importância fundamental na dinamização do sistema da produção e disseminação da cultura.

Como eixos principais para o desenvolvimento do seu trabalho, a Secretaria de Cultura delimitou cinco linhas de ações<sup>12</sup> que devem guiar os quatro anos de gestão. São elas: diversidade, desenvolvimento, descentralização, democratização e diálogo e transparência.

Por **diversidade**, o Governo entende a valorização das diferenças culturais do Estado, a Bahia não pode ser apenas a cara do Recôncavo, deve ser pensada como um todo: do Recôncavo, do Oeste, do São Francisco, do Sertão, do Sul, da Chapada e de todas as outras regiões. Com isso, as ações do governo devem se focar nas diferentes produções baianas e em seus diferentes territórios. Pensando nisso, foram desenvolvidos

<sup>12</sup> <http://www.cultura.ba.gov.br/linhasdeacao> Acesso em 14 de maio de 2008.

alguns mecanismos, utilizando as leis de incentivo, para que os recursos públicos alcancem de maneira mais diversa o estado da Bahia.

Já **desenvolvimento** significa entender a cultura também como elemento modificador da sociedade, já que as atividades culturais podem contribuir para promover o desenvolvimento da sociedade em diversos aspectos, incluindo o desenvolvimento ambiental, social e político. Desta forma, o governo deve ampliar o número de apoio a projetos culturais, bem como criar mecanismo que promova uma maior acessibilidade aos bens públicos.

A **descentralização** se destaca como um dos principais projetos políticos deste Governo, tendo em vista o tratamento desigual entre Salvador e o interior do Estado promovidos pelas gestões passadas, para as quais, via de regra, a capital baiana era o ponto de partida principal de investimentos. Foi justamente para facilitar e melhor articular o processo de descentralização que o Governado do Estado propôs a divisão da Bahia em 26 Territórios de Identidade, conforme mapa abaixo, nos quais a SECULT pretende instalar representações territoriais.



Fonte: Secretaria de Cultura

Como parte integrante do projeto político da Secretaria de Cultura, **democratização** é o reconhecimento de que a cultura é um bem simbólico que deve ser acessível a toda população. Desta forma, pensar a democratização da cultura, da perspectiva governamental, significa pensar a democratização tanto do acesso a bens

culturais quanto das oportunidades para produzi-los. Isto é interessante de se levar em questão, pois o Estado deixa de ser somente o provedor da cultura, mas também um incentivador do mercado, e, portanto, dos produtores culturais. Como ressalta o Ministro da cultura Gilberto Gil, “os Estados sabem que não são produtores de cultura, mas instituições que devem reconhecer a cultura e garantir direitos de identidade de acesso”<sup>13</sup>

Um dos projetos em destaque que corroboram com essa linha democrática, promovendo o acesso os espaços culturais do Estado, é o *Domingo no TCA*. Com o preço de ingresso a R\$ 1,00 (hum real) inteira e R\$ 0,50 (cinquenta centavos) meia entrada, permitindo, com isso, um acesso mais democrático ao mais importante equipamento cultural do Estado, o Teatro Castro Alves, as vendas dos ingressos são feitas no sistema “pagou-entrou”, onde os ingressos são vendidos em no máximo uma hora antes das apresentações. Com isso, o Teatro inibiu as ações dos cambistas, acostumados a cobrar preços bem acima do valor dos espetáculos através da compra em massa de ingressos antecipados.

Em maio de 2007 a Secretaria de Cultura lançou o Programa de Fomento à Cultura, destinando R\$ 48 milhões para incentivar a produção cultural no Estado, além de reformular as regras do Fazcultura e do Fundo de Cultura visando à melhor distribuição dos recursos. Está sendo implementado ainda um programa de micro-crédito, para que o micro-empresário e trabalhador da cultura tenham oportunidades de iniciar um negócio<sup>14</sup>.

É através do **diálogo** e da **transparência** que a Secretaria de Cultura mantém um elo com a sociedade. No ano de 2007, a Superintendência de Cultura percorreu município de todos os 26 Territórios de Identidade baianos buscando promover o diálogo sobre cultura e política cultural, apresentando as metas da SECULT e ouvindo as demandas de cada Território. O resultado deste intercâmbio culminou na II Conferência Estadual de Cultura, fórum de discussão que o Governo pretende regularizar como um evento bienal e de caráter obrigatório, realizada em outubro de 2007, na cidade de Feira de Santana.

---

<sup>13</sup> [http://diplo.uol.com.br/2007-01\\_a1481](http://diplo.uol.com.br/2007-01_a1481) Acesso em 15 de maio de 2008.

<sup>14</sup> [http://www.seinfra.ba.gov.br/exibe\\_noticia\\_banco.asp?id\\_noticia=821](http://www.seinfra.ba.gov.br/exibe_noticia_banco.asp?id_noticia=821). Acesso 14 de maio de 2008.

## **2.2 Políticas de financiamento para área de música**

Uma pesquisa feita em 2004<sup>15</sup>, encomendada pelo Sebrae, mostrou que o maior motivo de orgulho dos brasileiros, ao contrário do que se pensa, não é o futebol, e sim a música. Cerca de 65% dos entrevistados apontaram esta como fator máximo da auto-estima do povo.

A música brasileira é uma referência em todo mundo e, independente dos estilos que apresentem maior destaque, fato é que a música é indiscutivelmente uma representante forte da nossa cultura. Através dela, cada vez mais estrangeiros se interessam por nossa terra, pelo estudo de seu idioma, de sua cultura, cada vez mais se viaja ao país reforçando a economia do Turismo (para não irmos muito longe, basta pensar na importância dos recursos investidos no Carnaval baiano).

Com a criação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, os programas de fomento foram bem sucedidos tanto para música, quanto para demais linguagens artísticas nas ações culturais pelo Governo. Destacam-se na Secretaria as políticas de financiamento desenvolvidas através do Faz-Cultura, programa de incentivo cultural que prevê o apoio através de abatimento de imposto de renda a ser recolhido pelo Estado, e do Fundo de Cultura, que prevê o custeio total ou parcial aos projetos culturais sem que haja a interface com o poder privado.

O valor total, levando em consideração todos os mecanismos de financiamento da Secretaria de Cultura (Fundo de Cultura e Faz Cultura) e da Fundação Cultural, destinados à música em 2007 foi de R\$ 3,5 milhões, comparado a R\$ 4,3 milhões no ano de 2006. Estes valores representam cerca de 46 projetos contemplados nesta nova gestão em 2007 (seja de apoio direto, seja por repasse para instituições), contra 29 do ano anterior. É sintomático pensar que esse aumento se deve ao fato de existir uma preocupação maior em democratizar os recursos do Estado, mas, além disso, os dados correspondem também a existência de uma disposição maior por parte da sociedade civil, em recorrer aos recursos estatais. Prova disso é que a quantidade de projetos inscritos no FCBA em 2007 que correspondeu a quase três vezes e meio o número de projetos de 2006. Passando de 142 projetos no ano da última gestão do governo César Borges a 427 projetos no primeiro ano da gestão Jacques Wagner.

### **2.2.1 Fundo de Cultura**

---

<sup>15</sup> <http://www.culturaemercado.com.br/post/musica-brasileira-um-patrimonio-a-deriva/>. Acesso em 10 de abril de 2008.

Até 2006, o Fundo de Cultura da Bahia/FCBA atendia cerca de 40 projetos, muito deles inclusive, por contratos de manutenção de algumas instituições culturais e atividades propostas pela própria Secretaria, por meio de suas unidades. No ano de 2007, a Secretaria de Cultura, procurou ampliar os apoios e com isso promover uma distribuição mais justa de seus recursos, no final deste ano, por exemplo, o FCBA beneficiou 78 projetos entre todas linguagens artísticas. De acordo com a diretora do Fundo de Cultura, Carmem Lúcia Lima, uma das vantagens do programa é que produtores não precisam buscar apoio da iniciativa privada para patrocínio: “os projetos inscritos são avaliados pela comissão gerenciadora do programa e, quando aprovados, recebem diretamente a verba para sua execução”<sup>16</sup>.

Em 2007, o programa disponibilizou R\$ 30 milhões, dos quais 22,5 milhões (75%) foram para as áreas de Artes Cênicas; Música; Cinema e Vídeo; Fotografia; Literatura; Artes Plásticas; Artesanato, Folclore e Tradições; Museus; Bibliotecas e Arquivos, Patrimônio Cultural; e Saberes e Fazeres. Os 25% restantes foram repassados para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A onda de mudanças políticas era, sobretudo, aguardada na maneira de como seriam distribuídos os recursos pelo Fundo de Cultura. A diretora destaca que o Fundo passou por alterações para evitar a concentração dos recursos e estimular a diversificação dos beneficiados. Segundo ela, uma das medidas foi limitar a inscrição de três projetos por proponente. Para música, houve uma diferença substancial na quantidade de projetos apoiados em 2007. Até o final do ano em questão, foram apoiados ao todo 14 projetos de música, entre shows, gravação de Cds e manutenção de grupos tradicionais, enquanto em 2006 apenas quatro projetos foram contemplados.

O montante de verba destinado a projetos de música pela Secretaria de Cultura chegou a R\$ 873.541,73 reais. Dos 427 totais de projetos inscritos, o FCBA aprovou 74, sendo que o número de contemplados em música chegou à soma de 14 projetos selecionados, equivalente a 19% do total.

Em agosto de 2007, o FCBA lança três iniciativas inéditas para financiamento de projetos: o apoio a projetos culturais de intercâmbio, para garantir a participação de artistas, técnicos e estudiosos em eventos culturais no país e no exterior, o apoio a projetos de pequeno valor, até R\$ 20.000,00, nas diversas linguagens artísticas e apoio a

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida em 15 de maio de 2008.

manutenção de grupos artísticos. Foi disponibilizado, neste ano, R\$ 1,61 milhões para as três modalidades, sendo que para projetos de intercâmbio R\$ 90 mil, apoio a projetos de pequeno valor R\$ 720 mil e manutenção de grupos artísticos R\$ 800 mil. Esta medida proporcionou um avanço com relação ao número de projetos apoiados, que até então era de dois projetos, passando, desta forma, a apoiar 12 projetos de música envolvendo shows, gravação de CDs e podcasts<sup>17</sup> e manutenção de grupos tradicionais, como as Filarmônicas, grupos de samba de roda e grupos carnavalescos.

Segundo o Superintendente de Promoção Cultural, Paulo Henrique de Almeida, a criação destas modalidades visa a atender as três grandes demandas de solicitação de apoios diretos: a de artistas e profissionais da área que já contam com o apoio parcial de seus projetos, mas precisam, por exemplo, de passagem para realizar suas atividades; de grupos artísticos que precisam de recursos para sua manutenção e, principalmente, a de proponentes do interior interessados na promoção de pequenos projetos<sup>18</sup>.

As avaliações dos projetos inscritos são feitas através de duas comissões de delegação, seguindo o mesmo molde de 2006. Uma “comissão especial” responsável por julgar projetos de direitos jurídicos, formada por um membro da SEPLAN (Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento), um da Secretaria Fazenda e dois do Conselho de Cultura, e uma “comissão gerenciadora”, responsável pelos demais projetos (pessoa física e jurídica), formado por duas pessoas indicadas pelo Conselho de Cultura, um membro da SUPROCULT (Superintendência de Cultura), dois da Secretaria da Fazenda e um membro do Civil. Para ambas às comissões a figura do Secretário de Cultura, corresponde ao chamado “presidente”, dando um parecer final, com base na análise das distintas comissões.

Analisando os projetos de música apoiados pela Secretaria de Cultura, através do FCBA, foi possível observar que os gêneros tradicionais obtiveram o maior número de apoios. Isso não se deve ao fato de ser uma preferência explícita por determinado gênero musical, mas porque apoiando projetos deste segmento, o Governo consegue ter também um alcance maior de sua política cultural, já que no interior do estado os grupos tradicionais têm uma enorme relevância. O número correspondente a esta ação é de R\$ 465 mil, 49% do total investido em música pelo Fundo de Cultura.

---

<sup>17</sup> Os programas ou arquivos, gravados em qualquer formato digital, armazenados em um servidor na internet. Os arquivos podem ser ouvidos diretamente no navegador ou baixados no computador.

<sup>18</sup> <http://portaldabahia.blogspot.com/2007/06/secult-abre-inscries-para-o-faz-cultura.html>. Acesso 20 de maio de 2008.

Traçando um quadro comparativo da distribuição da verba do Fundo no ano de 2006 e 2007, por projetos, percebe-se uma evolução considerável desta nova gestão. Enquanto em 2006 a Secretaria de Cultura e Turismo apoiou quatro projetos, sendo um deles o repasse de verba para a Casa das Filarmônicas, em 2007 a Secretaria de Cultura apoiou 14 projetos. Destes quatro projetos apoiados em 2006, apenas dois não se enquadram no quesito de manutenção de grupos tradicionais. É interessante notar que de fato existia predominância no repasse dos recursos, além de um controle por parte do Governo pelas produções culturais desenvolvidas no Estado.

Outro indicador digno de nota é com relação à variedade de gêneros musicais contemplados pela Secretaria de Cultura. Dos 14 projetos contemplados em 2007, seis beneficiaram gêneros relacionados à “manifestações tradicionais” (grupo carnavalesco, samba de roda e filarmônica), dois projetos de *Jazz*, um de “música instrumental”, um de “choro”, dois de música contemporânea (pop, mpb e rock), um de “reaggae” e um projeto de “samba”. Enquanto em 2007 cerca de sete gêneros musicais tiveram apoio, em 2005 e 2006 juntos somente dois gêneros foram contemplados pelo FCBA, o de “manifestação tradicional” (e neste caso limitando-se as filarmônicas) e MPB.

O FCBA, além de administrar o recurso de 30 milhões em 2007, foi destinado mais R\$ 3 milhões para serem aplicados nos editais públicos para diversas linguagens artísticas, que foram lançados pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), Fundação Pedro Calmon e Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB).

A Fundação Cultural do Estado da Bahia lançou pelo Fundo de Cultura um edital de música, o “Múltimia Circular”, buscando apoiar três propostas de circulação de grupos musicais chamado de “Coletivo Múltimia”.

### **2.2.1 Faz Cultura**

No que se refere aos recursos públicos administrados pelo Faz Cultura, anualmente o Governador aloca, através de um decreto, o montante de recurso destinado à renúncia fiscal, ou seja, a quantidade de verba pública que poderá ser gasto em incentivos fiscais pela cultura. No ano de 2004, este montante chegou ao seu ápice depois de oito anos da lei em vigor, de R\$ 13 milhões passou a ter em 2006 o recurso de



R\$ 15 milhões, representando um aumento global de 16%, mantendo este valor no ano de 2007.

Como ressalta Mariella Pitombo (2004, p.176), se por um lado essa expansão do teto dos recursos renunciados pelo Governo baiano denota preocupação do poder público em atender a uma demanda crescente dos produtores culturais, vista por outro ângulo ela indica a tendência da crescente desregulamentação das funções do Estado na área cultural na medida em que reflete não só a diminuição da dotação orçamentária destinada para a pasta da cultura, mas também a sua substituição – já que a cota de renúncia fiscal, como o próprio termo indica, é uma parcela do dinheiro público que o governo deixa de recolher dos contribuintes.

Por mais bem intencionado que seja o Estado, já que é o provedor da maior parte do recurso (80% do valor total do projeto), o fato é que a decisão final sobre a destinação dos recursos fica nas mãos do setor empresarial. Paradoxalmente este setor, que é o detentor minoritário do capital envolvido no projeto, se torna o “juiz” capaz de definir e interferir no destino da produção cultural.

Embora haja um questionamento sobre como se deve funcionar este programa, o governo Jacques Wagner através da Secretaria de Cultura inicia suas atividades de acordo ao regulamento previsto na Lei n. 7.015/96. O patrocinador deve participar com, no mínimo, 20% de recursos próprios, podendo, dessa forma, abater até 5% do valor do ICMS a recolher, estando, contudo, esse abatimento limitado a 80% do valor dos recursos que terão isenção fiscal. Tal princípio orienta os objetivos do estímulo promovido pelo Estado, qual seja: o estabelecimento de um sistema de parceria entre as diversas esferas administrativas (pública e privada), para o financiamento da produção cultural.

Atualmente, a Secretaria de Cultura, destinou uma cota de 50% dos projetos aprovados pelo Faz Cultura para as produções no interior. Esta medida tende a reverter a concentração 93,5% dos recursos na capital, enquanto os demais municípios não tiveram nem 5% de incentivo fiscal. Além disso, houve um aumento do percentual de recursos destinados ao audiovisual, que passou de 5% para 20%.

Os projetos que concorrem aos benefícios oferecidos pelo Faz Cultura atualmente tem o limite máximo de R\$ 350 mil quando relativos à circulação no interior do Estado, e de R\$ 200 mil para execução de quaisquer projetos de todas as linguagens artísticas – exetando-se aqueles relacionados a Cinema, Arquivo, Biblioteca, Museus, Bens Móveis, Imóveis e Integrados e projetos declarados de utilidade pública

(manutenção de instituições de direito privado, de natureza cultural), que podem pleitear um valor de R\$ 1 milhão.

**Tabela 1 – Faixas de valor investido e percentual de incentivo**

<b>Faixas de valor total do projeto</b>	<b>Incentivo máximo</b>	<b>Patrocinador</b>
Até R\$500.000,00	80%	20%
De R\$500.000,01 a R\$600.000,00	75%	25%
De R\$600.000,01 a R\$700.000,00	70%	30%
De R\$700.000,01 a R\$800.000,00	65%	35%
De R\$800.000,01 a R\$900.000,00	60%	40%
De R\$900.000,01 a R\$1.000.000,00	55%	45%

Fonte: Secretaria da Cultura e Turismo – Resolução nº 473/2003

Essa variação do percentual que são estabelecidos conforme as solicitações dos projetos constituíram uma relação mais equilibrada entre o poder público e a esfera privada. Ao diminuir o percentual pelo valor da proposta, como mostra a Tabela 1, o Governo acaba estimulando a participação mais efetiva da iniciativa privada no financiamento da cultura, dirimindo as distorções geradas pelas políticas de renúncia fiscal.

Os projetos encaminhados para o Faz Cultura são alocados para seguintes áreas: “artes cênicas”, “artes plásticas e gráficas”, “cinema e vídeo, fotografia”, “literatura”, “música”, “artesanato, folclore e tradições populares”, “museus, bibliotecas e arquivos”. Cabe lembrar que, na gestão passada, o destino dos recursos era reservado a projetos de “interesse do próprio Estado”, como registra Mariella Pitombo (2004, p.179). Tal “interesse”, vale ressaltar, não consta no regulamento da Lei, deixando antever aí uma classificação não esclarecedora. Em 2004, por exemplo, para o exercício da renúncia fiscal, dos R\$ 13 milhões destinados ao programa, R\$ 3 milhões (cerca de 23%), foi destinado ao “interesse do próprio Estado”.

Os recursos destinados ao Programa Estadual de Incentivo ao Patrocínio da Cultura – Faz Cultura, para o exercício de 2007, foram distribuídos considerando-se:

<b>Área de Atuação</b>	<b>Participação</b>
------------------------	---------------------

Artes Cênicas (Dança, Teatro, Circo, Ópera)	20%
Música	20%
Cinema e Vídeo	20%
Literatura	05%
Artes Plásticas, Gráficas e Fotografias	10%
Artesanato, Folclore e Tradições Populares	10%
Arquivo, Biblioteca, Museu e Bens Móveis, Imóveis e Integrados	15%

Fonte: Secretaria de Cultura - Resolução 065/2007

A SECULT em 2007 abriu o ano com o orçamento para este programa de R\$ 15 milhões, distribuídos nas seguintes proporções: projetos executados na Região Metropolitana de Salvador – RMS e proponente residente na região receberão 50% do recurso, projetos executados em município do interior e proponente da RMS 30% e, por fim, projetos executados em município do interior e proponente do interior no total de 20%. Estas divisões garantem que os recursos sejam direcionados a diferentes áreas, bem como beneficiam obrigatoriamente projetos oriundos do interior do Estado.

Pode-se dizer que a determinação de 50% para projetos a serem realizados no interior da Bahia provocou uma mudança tanto no olhar do produtor cultural, quanto no das empresas patrocinadoras. Outro dado importante é que dos 12 projetos executados no interior do Estado, dois são de proponentes do próprio interior. Isso é inovador, fazendo uma alusão ao ano de 2006, em que não houve nenhuma preocupação em aprovar projetos nesta rubrica, já que a capital concentrou 93,5% dos recursos.

Com relação aos critérios de avaliação dos projetos, foi determinada uma cota por segmento cultural, desde 2000, levando-se em consideração basicamente critérios tais como o número de projetos inscritos, aprovados e patrocinados por cada área. A partir desta estimativa, o percentual de verba é estipulado, priorizando as linguagens que obtiveram melhor desempenho.

Fazendo uma divisão de apoio por categoria, no nosso caso, por linguagem artística, em 2007 foram aprovados: 24 projetos de música, seguido de 21 projetos de artes cênicas (dança, teatro, circo, ópera), cinco de literatura, cinco de artes plásticas, gráfica e fotografia, cinco de artesanato, folclore e tradições populares, quatro projetos de cinema e vídeo e um de arquivo, biblioteca, museu e bens móveis, imóveis e integrados.

Dos projetos que tiveram proponentes do interior do Estado, a linguagem artística que obteve um melhor desempenho foi “artes cênicas” com cinco propostas aprovadas. Já em música, teve dois projetos contemplados, equivalente a 5% do seu montante total. Em contrapartida, o número equivalente a projetos de música executados no interior do Estado chegou a 29%, mesmo tendo como proponente artistas ou produtores da capital. Ao se fazer uma análise dos projetos de música beneficiados por este programa em 2007, percebe-se que a maior demanda é ainda a de “promoção de espetáculos musicais”, representando 54% do total de projetos, número semelhante ao do ano de 2006, enquanto 33% foram destinados à gravação de CDs, segunda maior demanda em música.

Desde o ano de 2000, o Faz cultura, adotou restrições com relação aos patrocínios a projetos voltados para realização de festas juninas e eventos carnavalescos, como foi exposto. Porém, no ano de 2003, esta restrição passou a ser somente com relação a patrocínios relacionados ao carnaval, permitindo apenas o patrocínio a projetos ligados a manifestações culturais de blocos afro e de índio. Pela recém criada Secretaria de Cultura, foram aprovados dois projetos ligados às tradições juninas correspondente a 10% do total do recurso aprovado para música no ano de 2007.

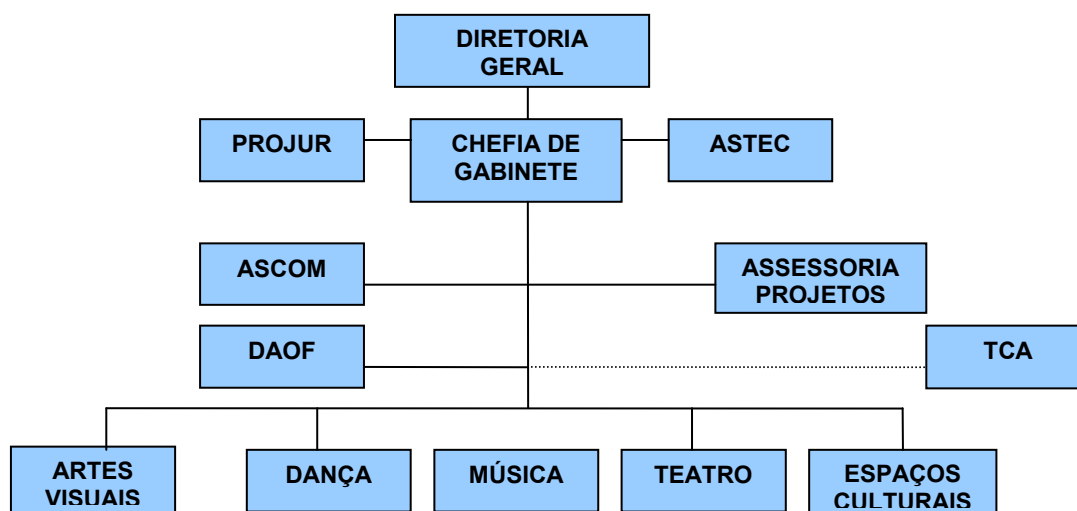
No que se refere à avaliação dos projetos, as propostas são avaliadas por uma comissão gerenciadora, composta por membros do executivo das áreas de cultura e finanças e de representantes de sindicatos ou de associações de determinada classe artística, havendo quase sempre um equilíbrio entre os representantes da esfera governamental e das entidades artísticas. Sua composição é formada pelo Presidente, Secretário Executivo, por um representante da SEFAZ, por quatro representantes das entidades vinculadas da SECULT e por oito representantes da sociedade civil.

Analisando o número de apoio por linguagem artística nos últimos dois anos, música mantém o mesmo percentual de projetos contemplados, contando com cerca de 15% do total do recurso do programa. A única diferença está no valor englobado pela área que em 2007 chegou a R\$ 2 milhões, contra R\$ 2,3 milhões em 2006.

### **3. A FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA/ FUNCEB**

A Fundação Cultural do Estado da Bahia/FUNCEB, criada em 1974, é uma das quatro entidades vinculadas da Secretaria de Cultura, juntamente com a Fundação Pedro Calmon/FPC, Instituto do Patrimônio Artístico-Cultural/IPAC e Instituto de Radiodifusão da Bahia/IRDEB. É de responsabilidade da FUNCEB “criar e implementar, em articulação com a sociedade, políticas e programas públicos de cultura que promovam e incentivem a formação, a produção, a pesquisa, a difusão e a memória das artes visuais, da dança, da música, do teatro, das artes circenses e demais manifestações culturais do Estado da Bahia”<sup>19</sup>.

Sua estrutura física sofreu alterações com a mudança de governo. Isto implicou na criação de diretorias por linguagens (artes visuais, dança, música e teatro), uma diretoria de espaços culturais e uma assessoria de projetos, responsável por auxiliar a diretoria geral e demais diretorias em ações transversais. A área de audiovisual passou a ser de responsabilidade do IRDEB e a de literatura da FPC. A nova estrutura da FUNCEB, ainda em implantação, pode ser visualizada no organograma abaixo:



A diretoria geral da FUNCEB foi assumida por Gisele Marchiori Nussbaumer, professora e pesquisadora da Faculdade de Comunicação da UFBA. Para as diretorias específicas foram convidados profissionais representativos de cada linguagem: Dilson Midlej (artes visuais), Lucia Matos (dança), Gilbeto Monte (música) e Ney Wendell (teatro). Já a diretoria de espaços culturais foi assumida por Katia Najara, antiga gestora da Sala do Coro do TCA. Por fim, a frente do Teatro Castro Alves está o cenógrafo Moacyr Gramacho.

<sup>19</sup> <http://www.funceb.ba.gov.br/> acesso em 25 de maio de 2008

A Fundação realiza uma política voltada, sobretudo, às linguagens artísticas e à manutenção e dinamização dos espaços culturais sob a sua responsabilidade. Além do Completo do Teatro Castro Alves, é responsável por outros sete espaços culturais na capital e 11 centros de cultura no interior.

Desde que assumiu a nova gestão, no início de 2007, a FUNCEB vem desenvolvendo sua política de ação por meio de editais, projetos e outras iniciativas, com o objetivo de promover tanto a diversidade cultural como a diversificação dos criadores e públicos dos bens artístico-culturais.

### **3.1 Projetos e iniciativas da FUNCEB na área de música**

Das atividades desenvolvidas pela FUNCEB para a área musical, destacam-se as ações promovidas pela Diretoria de Música e pelo Teatro Castro Alves, além daquelas que envolvem todas as linguagens e que são desenvolvidas através da Assessoria de Projetos. Além dos editais lançados, a FUNCEB promoveu uma série de projetos e ações relacionadas à música, algumas continuação do que vinha sendo feito por gestões anteriores, com reformulações, e outras inéditas, que iniciaram nesta gestão.

Cada diretoria desenvolve seus trabalhos com foco nas diretrizes gerais da Fundação Cultural e da Secretaria de Cultura. Isto significa que em suas ações deve ser considerada a necessidade de promover a democratização, a interiorização das atividades, o diálogo com a sociedade, além de propostas que envolvam toda cadeia produtiva das linguagens artísticas.

Se compararmos a atuação da FUNCEB na área da música no ano de 2007 com as implementadas em anos anteriores, observamos um aumento significativo em termos de ações e projetos. Em 2006 toda política desenvolvida para música pela Fundação Cultural, esteve em torno no apoio de apenas quatro projetos específicos de música e em cinco projetos relacionando todas as linguagens, como, por exemplo, o projeto “Chapéu de Palha” (projeto que envolvia artesanato, música e teatro).

A partir do ano de 2007 merece destaque, nesse sentido, o Projeto Sua Nota é um Show, as ações desenvolvidas pela Orquestra Sinfônica da Bahia/OSBA e a atuação da Diretoria de Música.

### 3.1.1 Sua Nota é Um Show

Realizado pelas Secretarias Estaduais de Cultura e da Fazenda, através da FUNCEB, o programa Sua Nota é um Show teve início no dia 28 de outubro de 2007 e se estendeu até o dia 20 de abril de 2008. Sua programação - se comparada à desenvolvida na gestão passada, que se resumia a apresentações musicais no espaço da Concha Acústica do Teatro Castro Alves - expandiu-se consideravelmente. O programa sofreu mudanças passando a abranger linguagens como teatro, dança, cinema, além de continuar promovendo atividades relacionadas à música. O espaço físico onde é apresentada a programação de música continua sendo a Concha Acústica do TCA e, para as apresentações de dança e teatro, é utilizada a Sala Principal. Esta iniciativa reforça a concepção inicial da política cultural que está sendo desenvolvida pela Fundação Cultural no que se refere à diversidade estética e artística.

Na edição 2007/2008, participaram 23 atrações locais, nacionais e internacionais, que se apresentaram nos dois maiores espaços culturais da cidade: a Concha Acústica e a Sala Principal. Com público estimado em 40 mil pessoas, arrecadou-se 400 mil notas ou cupons fiscais através do Sua Nota é um Show.

Qtd	Gênero	Espaço	Cobertura
09	Música	Concha Acústica	09 nacionais 09 locais (08 capital / 01 interior)
04	Teatro	Sala Principal	02 nacionais/ 02 locais
05	Dança	Sala Principal	02 internacionais 02 nacionais/ 01 local
05	Cinema	Concha Acústica	05 longas-metragens brasileiros 05 curtas-metragens baianos

O projeto contou com a verba de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões de trezentos mil reais), utilizados com a produção artística (pagamento de cachê, passagens aéreas, hospedagem e alimentação dos artistas e ECAD), produção executiva (equipe e infraestrutura técnica, transporte local e registro videográfico e fotográfico), sistema para troca de cupons e gerenciamento de bilheteria, consultoria técnica, cachê de apresentadores para os eventos da Concha Acústica e curadoria artística.

Outra mudança significativa se refere ao sistema de trocas dos cupons ou notas fiscais, antes realizada apenas no estádio de futebol Otávio Mangabeira (conhecido como Fonte Nova). Foi realizada uma licitação pública junto a empresas de distribuição de ingressos para poder atender diferentes áreas da capital baiana, acabar com o desconforto gerado pelas filas e conter as ações dos cambistas, que possuíam uma rede articulada para burlar o limite de trocas permitido por pessoa. O serviço de troca passou a ser feito pela rede nacional de ingressos “Ticketmix”, através de um sistema interligado *online* para impressão de ingressos no momento da troca. O limite de troca por ingressos, tal como na gestão passada, é de dois ingressos por pessoa; contudo, nesta nova edição, o controle passou também a ser através do registro do nº do CPF do espectador no ato da troca.

Apesar do número de postos de troca terem aumentado, passando a ocupar espaços de Shopping Centers de Salvador (Barra, Iguatemi, Aeroclube e Center Lapa), o problema relacionado às filas não foi completamente resolvido. No Shopping Center Lapa, onde apresentou o maior número de trocas em 2007, a população relaciona o problema das filas, com a fato da impressão dos ingressos serem feitos no ato da troca.

A programação do projeto da edição de 2007 foi selecionada por uma curadoria artística composta por profissionais de cinema, dança, música e teatro. Na escolha de sua programação, primou-se pela diversidade de estilos e linguagens, com a intenção de atingir um público alvo de diferentes faixas etárias, níveis econômicos, sociais e culturais, além de uma atenção voltada para escolha de artistas que não participaram no ano anterior. Para música, a curadoria foi composta por membros internos e externos ao governo que se responsabilizaram por selecionar atrações nacionais e locais.

Mesmo com a abertura para as demais linguagens artísticas, a arrecadação de cupons fiscais foi ,majoritariamente, conseguida pelos espetáculos musicais. Das seis apresentações do projeto, três tiveram seus ingressos esgotados.

Em 28 de outubro de 2007 deu-se início à programação musical do projeto com os grupos musicais e artistas: Ilê Aiyê (BA) e Márcia Short (BA), e como convidados Martnália (RJ) e MV Bill (RJ), o show de abertura aconteceu com a Orkestra Rumpilezz (BA). Se estendeu até março de 2008, encerrando suas atividades com os artistas Lenine (PE) e Samba de Roda Nicinha Raízes de Santo Amaro (BA).

Como a função do programa é essencialmente a arrecadação de notas fiscais, a programação escolhida pela Fundação Cultural até o ano de 2006 tinha como função suprir o alcance numérico de público, por isso apostava em artistas do *main stream*



(artistas de grande apelo comercial). Porém a programação desta nova edição assumiu um papel inovador e trouxe artistas de médio porte como o grupo mineiro de rock Pato Fu e a cantora paulista Céu. Esta posição poderia ser bastante arriscada, ao se levar em conta os preceitos do programa, porém para ambos os shows as trocas de cupons fiscais chegaram ao seu limite.

Ao se pensar numa programação mais diversificada, tanto na diversidade de gêneros (rock, pop, reggae, rap, arrocha e pagode) quanto no seu apelo midiático, o Sua Nota é um Show deixa de funcionar como mera ferramenta de arrecadação de notas fiscais e auxilia, através da formação de platéia, diversidade cultural e a democratização de espaços públicos, a consolidar a política da Secretaria de Cultura.

### **3.1.2. OSBA e NEOJIBÁ**

A Orquestra Sinfônica da Bahia/ OSBA sofreu algumas mudanças a partir do início do novo Governo, a começar por sua estrutura administrativa. Com a saída do diretor artístico-financeiro, que até 2006 era representado por um funcionário público nomeado pela Secretaria de Cultura, nessa nova gestão optou-se por separar as funções de gestor cultural e coordenação administrativa. Neste caso, assume a direção artística da OSBA o pianista Ricardo Castro. Paralelo a isso, foi criado o cargo de direção e coordenação administrativa, responsável por todos os trâmites operacionais da Orquestra.

Esta nova atribuição do diretor artístico contribuiu para definir o foco das suas funções nas questões que envolvem o trabalho artístico da Orquestra. Desta forma, continuam, a cargo do diretor artístico a definição das temporadas, a frequência das apresentações, convidar músicos solistas para se apresentar ocasionalmente na OSBA.

Até o final de 2007, a OSBA contava com o trabalho do maestro concursado Erick Vasconcelos, que se manteve presente desde a formação da Orquestra, em setembro de 1982. Com a saída do maestro no início de 2008, todas as apresentações da OSBA contam com a presença de maestros convidados. Entre os convidados recebidos pela Orquestra em 2007 estiveram: Antonio Del Claro, John Neschling, Emanuelle

Baldini, Sol Gabetta, Olivier Cuendet, além de jovens solistas da Venezuela e dos Estados Unidos<sup>20</sup>.

Uma outra mudança de gestão na OSBA foi a criação de uma comissão artística formada pelos *waipes* (músico da Orquestra que assume a liderança de um determinado instrumento, escolhido pelo maestro). Esta comissão, através de reuniões mensais com o diretor artístico, é responsável por definir a programação de toda temporada da OSBA. Sua função é basicamente de consulta e diálogo com diretor artístico.

No início de 2007 a FUNCEB abriu um concurso público temporário (REDA) para seleção de novos músicos para compor o corpo artístico da OSBA. Foram selecionados 18 músicos, representando atualmente um total de 70 músicos.

A Orquestra utiliza como sede as instalações físicas do Teatro Castro Alves, onde funcionam os espaço de ensaios, administração técnica e financeira, além das apresentações artísticas. Com relação às apresentações, houve um crescimento enorme comparado aos anos anteriores. Os concertos que eram feitos até 2006, no total de duas vezes ao mês, passaram para a frequência de uma vez por semana, chegando ao número de 38 apresentações até o final de 2007. O valor dos ingressos para as apresentações da OSBA no TCA é de R\$ 20,00 (vinte reais) inteira e R\$ 10,00 (dez reais) a meia entrada<sup>21</sup>.

As Cameratas da OSBA (Bahia Sopros, Quadro Solar, Quinteto de Metais, Quinteto de Sopros, Duo Barroco e Quarteto de Madeiras), criadas em 2001, realizaram 108 apresentações com entrada franca em escolas públicas, igrejas, museus e instituições culturais e sociais de Salvador, contribuindo para o acesso à cultura e difusão da música de câmara.<sup>22</sup>

No início de 2008, a OSBA começou a desenvolver duas novas atividades. Uma delas foi o projeto “Atividades Didáticas”, que tem como foco a formação de platéia de um público jovem. São convidados para as apresentações alunos de escola pública, porém, neste caso, é montada uma concepção cênica diferente, com a presença de um narrador para apresentar o concerto de forma mais lúdica, o que acaba chamando a atenção deste público.

---

<sup>20</sup> [http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/institucional/arquivos/relatorio\\_funceb\\_2007.pdf](http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/institucional/arquivos/relatorio_funceb_2007.pdf) - acesso em 10 de junho de 2008

<sup>21</sup> Entrevista concedida pelo diretor e coordenador administrativa da OSBA, Annibal Porto, no dia 10 de julho de 2008.

<sup>22</sup> [http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/institucional/arquivos/relatorio\\_funceb\\_2007.pdf](http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/institucional/arquivos/relatorio_funceb_2007.pdf) acesso em 2 de julho de 2008.

Outra atividade iniciada no ano de 2008 é o projeto “Palestras Concertantes”, ministrada pelos líderes de instrumento. Sua função é proporcionar ao ouvinte um maior conhecimento a respeito da história e possibilidades sonoras dos instrumentos, tanto na orquestra quanto no uso popular. Em seqüências às palestras, cada músico apresenta algumas composições feitas para o instrumento em questão.

Para a temporada 2008, a OSBA completa o ciclo de sinfonias e concertos de Beethoven e Brahms de iniciado em 2007. Lançou a série “Mozart nas Igrejas”, projeto específico sobre a obra do compositor realizado nos espaços físicos das igrejas de Salvador com o objetivo de dinamizar estes patrimônios da cidade. Além disso, no início deste ano as apresentações da OSBA se estenderam às cidades do interior do Estado, onde as comunidades locais tiveram a chance de conhecer um vasto repertório de música erudita de autores brasileiros e estrangeiros. Em Camaçari, por exemplo, há apresentações da OSBA uma vez por mês.

Sob a gestão do pianista Ricardo Castro, em 2007 desenvolveu-se o projeto NEOJIBÁ (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia), inspirado no projeto FESNOJIV (Sistema Nacional das Orquestras e Coros Juvenis e Infantis da Venezuela)<sup>23</sup>.

O NEOJIBÁ foi lançado em setembro de 2007, com o foco principal na área social, utilizando os mecanismos da cultura como forma de integração social. A idéia é tornar a prática orquestral uma atividade fundamental na formação da cidadania, contribuindo na construção ética e cultural de crianças e jovens. A composição do núcleo foi feita através de uma seleção pública de jovens que detém certo ou nenhum conhecimento musical. Nesta seleção também foram escolhidos jovens monitores que demonstraram maior experiência musical para ministrar aulas de instrumentos aos novos alunos.

A estrutura do NEOJIBÁ é dividida em “núcleo mirim” (composto por crianças de 8 a 12 anos) e “núcleo jovem” (composto por jovens de 13 a 23 anos). Desde seu início o projeto conta com aproximadamente 107 músicos jovens e deu origem à Orquestra Sinfônica Juvenil da Bahia “Dois de Julho” (OSDJ).

Com relação aos concertos musicais, o NEOJIBÁ ainda não mantém uma freqüência de apresentações definidas. A OSDJ encerrou o ano de 2007 totalizando o número de cinco concertos, um deles no projeto “Domingo no TCA”.

---

<sup>23</sup> - <http://www.tca.ba.gov.br/02/05coest/02osba/index.html> acesso em 02 de julho de 2008

### 3.2 Atuação da Diretoria de Música

Uma importante medida da Fundação Cultural nesta nova gestão foi a criação de diretorias específicas por linguagem artística. Esta divisão permite um direcionamento maior das ações desenvolvidas pela FUNCEB, já que em cada diretoria criada assumiu um gestor da área competente.

As ações na área musical, que até 2006 foram desenvolvidas pela DIMAC (Diretoria de Música e Artes Cênicas), são assumidas pela Diretoria de Música, tendo como diretor o músico e produtor musical Gilberto Monte. A gestão iniciada em 2007 pretende fomentar a pluralidade musical do Estado da Bahia em suas diferentes expressões artísticas e possíveis interfaces com outras áreas de arte e tecnologia por meio do incentivo à produção, pesquisa, formação, registro e memória, e difusão da música<sup>24</sup>.

A Diretoria de Música da Fundação Cultural funciona com a equipe de um diretor, dois assessores e um núcleo específico para as políticas direcionadas às Filarmônicas – O Núcleo de Filarmônicas, representado por um terceiro assessor.

As ações desenvolvidas pela Diretoria de Música em 2007 estiveram fundamentadas na política de editais e na concepção e execução de projetos. Tendo em vista as políticas de fomento desenvolvidas pela Secretaria de Cultura, a FUNCEB manteve o foco de sua gestão voltada aos editais. Daí os projetos encaminhados à Diretoria de Música visando apoio financeiro, em maioria, foram direcionados ao FCBA.

Como as solicitações de apoio pelos artistas e produtores culturais continuavam chegando à Diretoria de Música, em grande parte pelo hábito da política desenvolvida pela antiga gestão em apoiar através de solicitações diretas, a partir do segundo semestre de 2007 a Diretoria passa, portanto, a apoiar as demandas externas, em sua maioria inseridos nos mês de novembro em um projeto interno intitulado “Mês da Música”. Foram apoiados em 2007 o total de quatro projetos: o Projeto Pixinguinha, a Caravana Cultural de Alagados e o grupo Ministereo Público e o Festival de Filarmônicas do Recôncavo.

---

<sup>24</sup> <http://www.funceb.ba.gov.br/>, acesso em 5 de julho de 2008.

Algumas parcerias foram firmadas para apoiar projetos mais tradicionais ligados à música. Com a Fundação Gregório de Matos firmou-se uma cooperação para o apoio das filarmônicas que se apresentaram na Feira dos Caxixis e no 2 de Julho, somando o total de 17 filarmônicas apoiadas, um investimento de R\$ 60 mil reais.

Buscando o diálogo com a classe artística, foram promovidos três Encontros Setoriais de música nos meses de fevereiro, março e outubro de 2007, realizados na Sala do Coro do TCA e no Auditório do Conselho de Cultura de Salvador. Estes encontros serviram como uma forma de aproximação entre a sociedade civil e a instância pública. Nos encontros foi priorizado a apresentação e discussão dos programas da Diretoria, atividades, projetos e editais desenvolvidos, em andamento e previstos<sup>25</sup>.

Como resultado destes encontros, a Diretoria de Música conseguiu mobilizar o setor para a re-estruturação do Fórum de Músicos. No dia 31 maio de 2007, no Espaço Xisto Bahia, aconteceu a primeira reunião do Fórum de Músicos, com a participação do Diretor de Música da FUNCEB, Gilberto Monte. Na ocasião diversas questões do setor foram discutidas, foi feita também a primeira consulta para a seleção de artistas para o projeto Plataforma de Registro e Difusão de Música no Teatro do IRDEB. Este primeiro encontro contou a participação de 30 pessoas.

De acordo com a diretriz da Secretaria de Cultura, que como exposto, preza interiorização dos investimentos na cultura, o número correspondente as ações no interior pela Diretoria de Música em seus editais e projetos da chegou a cerca de 30% , ou seja, dos 17 projetos executados, sete atingiram os municípios ou artistas do interior.

As atuações gerais da Diretoria no ano de 2007, estão relacionadas tanto a apoios diretos e projetos internos da Diretoria, quanto aos Editais. Foram investidos nestas ações cerca de R\$ 520.000,00 (quinhentos mil reais).

Em seguida, destacamos os editais, ações e projetos, bem como apoios levados adiante através da Diretoria de Música da FUNCEB.

### **3.2.1 Editais**

Em 2007 a FUNCEB lançou, nos meses de junho e setembro, 23 editais de apoio à cultura, número quase quatro vezes maior do que o total de 2006. A atual gestão acredita que apoiar e premiar através de editais tem demonstrado ser um eficiente e

---

<sup>25</sup> [http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/institucional/arquivos/relatorio\\_funceb\\_2007.pdf](http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/institucional/arquivos/relatorio_funceb_2007.pdf), acesso em 5 de julho de 2008.

democrático mecanismo de incentivo à criação, produção, formação, pesquisa e difusão das linguagens artísticas e manifestações culturais. Com um total de 1.000 proponentes inscritos, foram premiados 155 projetos que, juntos, receberam R\$ 1.936.000,000 (Hum milhão novecentos e trinta e seis mil reais) por extenso)<sup>26</sup>.

Na forma de concurso público direcionados à proponentes e projetos de linguagens artísticas específicas, os editais da FUNCEB são uma forma de apoio que acontece através de uma seleção feita por comissão de especialistas a partir de critérios que variam de qualidade artística à viabilidade de execução. Os projetos, devem conter uma proposta condizente com a proposta do próprio Edital, bem como estar munidos de todas a documentação exigida.

As seleções dos projetos inscritos são divididas em duas etapas. A primeira etapa se refere a uma avaliação das documentações obrigatórias para inscrição - tais como RG, CPF, comprovante de residência e demais documentos exigidos em cada edital -, feita por uma comissão interna da própria Diretoria de Música. A segunda etapa é feita por uma comissão de membros externos, que avalia os projetos e define quais serão apoiados ou premiados.

Dos 23 editais lançados em 2007, dois foram específicos da área musical. São eles o “Produção de Conteúdo Digital em Música” e o “Multimídia Circular”. Ambos elaborados e executados pela Diretoria de Música, com o suporte técnico da Assessoria de Projetos da FUNCEB.

O edital de Produção de Conteúdo Digital em Música foi lançado em junho de 2007. O objetivo do Edital é contemplar a produção de músicos, compositores e/ou intérpretes - em trabalhos solo ou coletivo em qualquer gênero – priorizando os que não estejam inseridos num circuito estável de registro, comercialização e difusão. Os projetos contemplados apresentaram propostas de registro e gravação na área musical através de fonogramas (single, Ep e disco) e vídeos (clipes, documentários e registros áudio-visual), obrigatoriamente inéditos, a serem distribuídos pela Internet. O produto final destas propostas foi a gravação e/ou registro digital de uma ou mais obras, que serão disponibilizadas gratuitamente para *download* (em formato digital compactado

---

<sup>26</sup> [http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/institucional/arquivos/relatorio\\_funceb\\_2007.pdf](http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/institucional/arquivos/relatorio_funceb_2007.pdf) Acesso em 5 de julho de 2008.

sob licença da *Creative Commons*<sup>27</sup> a ser escolhida pelo autor da obra) no site da FUNCEB.

Diante da crise atual das gravadoras, resultado principalmente da rede de pirataria (com a venda de CDs mais acessíveis que os vendidos nas lojas específicas), e a facilidade de acesso nos formatos de mp3 disponíveis livremente na internet, o edital de Produção levanta questões pertinentes sobre esse assunto. A idéia de não apoiar projetos que visem apenas à produção em suporte físico (CD ou DVD) foi uma medida para evitar que o produto final ficasse estocado com os próprios artistas. Já que, de acordo com os dados apresentados pelo jornal *Estadão* em abril de 2008<sup>28</sup>, queda da venda CDs e DVDs de música no Brasil chegou a 31,2% no ano de 2007, chegando a um faturamento anual R\$ 312,5 milhões. O resultado, quando comparado com o pico de vendas de 2000, é ainda pior, já que, nesse ano, a indústria brasileira do disco havia vendido R\$ 891 milhões, quase três vezes o faturamento do ano de 2007.

Em contrapartida, houve crescimento das vendas de música digital, pela internet e pelo celular, que aumentou 185%, chegando a R\$ 24.300.000,00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil reais) em 2007, o que representa 8% do mercado total. O celular responde por 76% do total, mas o avanço mais surpreendente foi o da comercialização de música pela internet, que passou de R\$ 334 mil em 2006 para R\$ 5,7 milhões em 2007. Neste ano de 2008, a ABPD (Associação Brasileira de Produtores de Disco) divulgou pela primeira vez os números oficiais de música digital no País.

O fato de optar pelas ferramentas digitais, reduz o custo do edital, pois não entra no orçamento o custeio com a prensagem. Somado a isso, o fato de não ser cobrado uma mídia física, aumenta a quantidade de premiações ( pois os valores dos projetos serão mais baixos), e portanto, uma ampliação da distribuição dos recursos públicos por este edital.

Foram concedidos para o Produção de Conteúdo Digital em Música oito prêmios no valor bruto de até R\$ 10 mil reais cada, sofrendo descontos de impostos que chegam a 20% caso o proponente seja uma pessoa física. Manuela Rodrigues, uma das artistas contempladas neste edital com a proposta de gravação de um Videoclipe, registra, no entanto, que o valor oferecido pela FUNCEB é difícil de ser administrado na prática, principalmente para propostas de registro em vídeo.

---

<sup>27</sup> A Creative Commons Brasil é um projeto sem fins lucrativos disponibilizando licenças flexíveis que garantem proteção e liberdade para as obras de artistas e autores na rede digital.

<sup>28</sup> [http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080403/not\\_imp150315\\_0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080403/not_imp150315_0.php) Acesso em 5 de julho de 2008

Estamos, de certa forma tão acostumados a trabalhar com parcerias a custo zero, que o apoio apresentado pareceu satisfatório inicialmente. Contudo, na prática é outra coisa. No meu caso, produção de videoclipe, tudo é muito caro. Aluguel de equipamentos, locações, profissionais envolvidos e pós produção<sup>29</sup>.

Iniciativa inédito nos editais da FUNCEB foi a exigência de que os projetos apresentassem, atrelada a sua proposta artística, uma contrapartida social (plano de acesso e/ou formação). Esta contrapartida era de livre escolha do proponente, podendo ser na forma de oficinas, palestras, shows gratuitos ou a preços populares, etc. A FUNCEB oferecia, dependendo da disponibilidade de pauta, os espaços de seus equipamentos culturais sem ônus ao proponente para execução desta atividade. Entretanto, as propostas de contrapartida deveriam ser custeadas pelo proponente, não podendo, portanto, entrar no orçamento do projeto.

Outra particularidade dos Editais da FUNCEB é a obrigação de se definir cotas, determinadas pelas próprias diretorias, para projetos oriundos o interior do Estado. Esta medida garante que, considerando a dificuldade de concorrência com projetos da capital, os recursos sejam distribuídos também para proponente de outros municípios do Estado. No edital de Produção de Conteúdo Digital em Música, foram destinados dois prêmios para proponentes do interior. Dos oitos contemplados, um é do município de Santo Amaro e outro de São Francisco do Conde, ambos com propostas de gravação de faixas de música. Márcio Valverde, de Santo Amaro, contemplado pelo projeto *Sambas Digitais*, diz ter participado pela primeira vez na política de incentivo do Governo, e que tomou conhecimento através da oficina de elaboração de projetos culturais, oferecida em seu município no início do ano de 2007, pela FUNCEB<sup>30</sup>.

O total de inscrição neste edital de música foi de 39 projetos, sendo que 30 oriundos da capital e 9 do interior. As solicitações foram, sobretudo, de gravação de videoclipe, shows e fonogramas. Com relação às contrapartidas sociais, houve uma variedade enorme de propostas, entre oficinas de vídeo, palestras, oficinas de produção, etc. A tabela abaixo mostra a relação dos contemplados, objetivos dos projetos e contrapartidas propostas.

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida no dia 10 de maio de 2008.

<sup>30</sup> Entrevista concedida no dia 5 de maio de 2008



Proponente	Projeto	Contrapartida Social
Manuela Rodrigues	Videoclipe "Reverse"	Realização de uma oficina criativa musical, que visa incentivar a produção musical de jovens da periferia.
Márcia Castro	Videoclipe "Pecadinho"	Logo após o lançamento, apresentação pública gratuita do Videoclipe "Pecadinho" na Sala Walter da Silveira e debate posterior entre o público e a equipe de direção sobre o processo de concepção do trabalho, contando com a participação de pessoas filmadas nas regiões citadas no projeto.
Leandro Teixeira de Araújo (Banda Vinil 69)	Videoclipe "Copo D'água"	Realização de uma oficina de vídeo-clipe com os jovens da comunidade do Nordeste de Amaralina, através do convênio com a Escola Oi Kabum.
Thiago Trad Netto (Cascadura)	Registro Áudio-visual do espetáculo "Bogary in Concert"	Exibição gratuita em espaços como a Sala Walter da Silveira e Centro Cultural de Plataforma, com presença dos membros da banda, falando sobre sua experiência e carreira. Realização de um ciclo de exposições do registro em escolas públicas estaduais de Salvador, de julho a dezembro de 2008.
André Figueiredo Stangl	Videoclipe "Desabafo do Trabalhador"	A equipe técnica realizará oficinas abertas de edição e filmagem digital, com introdução às técnicas de montagem e roteiro, iluminação, cenografia, figurino e preparação de orçamento.
Jocelino Roque Santos (grupo Samba de Roda Raízes de Angola)	"Gente de Santo samba"	Realização show, seguido de palestra, com ingresso revertido em alimentos que serão destinados as voluntárias sócias do Estado da Bahia.
Márcio de Lima Valverde	Gravação de fonogramas do projeto "Sambas Digitais"	Apresentação musical com o show "Sambas Digitais" no Centro Cultural D. Cano, com alunos de escolas públicas de Santo Amaro; Ingressos a preços populares de R\$ 5,00 + 1 kg de alimento não perecível ( a renda será convertida para o Abrigo de Velhos São Domingos de Santo Amaro, e os alimentos doados à Creche Adolfo Bezerra de Menezes/ Santo Amaro.)
Fernando Jair Figueredo Teles (Banda Navio Negro)	Gravação do "Muscigenação – a música do Atlântico Negro" da Banda Navio Negro.	Realização "Workshow" no Galpão Cheio de Assunto, realizado em duas etapas: a primeira propõe uma conversa com os músicos da Banda Navio Negro, seguidos de demonstrações práticas. A segunda etapa propõe a realização de uma oficina que busque maximizar o aproveitamento da Internet como meio de distribuição e divulgação da música. A banda realizou também, uma apresentação gratuita com a participação de convidados, mostrando as mudanças e músicas do novo Ep do grupo – o evento acontecerá no processo final de gravação.

O segundo edital de música lançado, em setembro de 2007, foi o "Multimídia Circular". O edital visa o estímulo à circulação de um coletivo multimídia, onde se priorizou além das apresentações musicais, atividades de capacitação ministradas pelo grupo - formado por até cinco músicos, recomendando a participação também de um DJ, um VJ, além de um técnico de áudio, um roadie e um produtor -, responsável pela

realização de oficinas e espetáculos demonstrando as possibilidades de criação e reunião de música e multimídia, em espaços da cidade de Salvador e Centros de Cultura do interior (Alagoinhas, Juazeiro, Santo Amaro, Valença, Porto Seguro, Itabuna, Vitória da Conquista, Jequié e Feira de Santana).

O edital Múltimia foi alvo de duras críticas de parcela da classe artística e da imprensa local. Os artistas reclamaram, de acordo com a matéria publicada no Jornal A Tarde, em 03 de outubro de 2007, da recomendação de que um dos músicos fosse DJ ou trabalhasse com equipamentos eletrônicos. Também reclamaram da exigência de um VJ, profissional que trabalha com a projeção de vídeos. A idéia de se formar um coletivo com determinados profissionais da cadeia produtiva da música, era para alguns artistas uma espécie de interferência estética da obra.

A Fundação é um órgão público e, como tal, não pode interferir no aspecto estético quando lança um edital, principalmente determinando a utilização de uma fonte sonora. Se faz um edital exigindo a utilização de um DJ e um VJ, teria que criar editais que exigissem a presença de violino, de violoncelo, de berimbau e assim por diante, até atingir todas as fontes sonoras.<sup>31</sup>

Opinião contrária acerca deste edital, é defendida por Vince de Mira, um dos contemplados com o projeto *Terreiro Circular*. Vince acredita ser muito importante a realização de editais como esse, que incentivem a interação entre as linguagens, apresentando nas comunidades um conceito estético mais amplo de música.<sup>32</sup>

Para o diretor de música, o fato de ser solicitada à inclusão de determinados profissionais nos projetos é uma maneira de enriquecer os mesmos, já que tão importante quanto às apresentações musicais são as propostas de oficinas feitas pelos profissionais envolvidos. Isso ficou claro, pois de acordo com os relatórios apresentados pelos contemplados, mostrou que em determinadas oficinas no interior o número de participantes foi maior, inclusive, que nos próprios shows.

No Multimídia Circular, o total de inscritos chegou a 15, sendo 14 da capital e um do interior. Diferente do edital de Produção de Conteúdo Digital em Música, o Multimídia Circular não reservou cotas para propostas do interior. Em compensação, era obrigatório a circulação dos espetáculos e a execução de oficinas em cidades do

---

<sup>31</sup> Tom Tavares, em entrevista ao Blog do Dez – arquivo de 3 de outubro de 2007 – acesso em 20 de maio de 2008.

<sup>32</sup> Entrevista concedida no dia 10 de maio de 2008

interior. Desta forma, mesmo não havendo nenhuma proposta contemplada do interior, alguns municípios foram beneficiados com show e oficinas gratuitas.

O valor destinado à cada projeto premiado foi de até R\$ 55 mil reais, sofrendo os descontos de impostos previstos para pessoa física e jurídica, para cada proposta de circulação e oficina, totalizando no valor de R\$ 165 mil reais, o que correspondeu a 32% da verba gasta por toda Diretoria de Música no ano de 2007. Para Vince, o valor da premiação é satisfatório para a circulação de um grupo, mas não o suficiente para se ter uma estrutura para as oficinas: computadores, um som de maior qualidade, uma boa iluminação, quando necessário. O Edital Multimídia Circular pretende ser um edital bianual e, portanto, será lançada uma nova edição no ano de 2009

Como mostra a tabela abaixo, todas as propostas selecionadas desenvolveram oficinas, que variaram de acordo com a formação de cada grupo. Como exigia o edital, elas foram ministradas por todos os profissionais envolvidos no projeto.

<b>Premiados no Prêmio Multimídia Circular de Música</b>			
<b>Proponente</b>	<b>Projeto</b>	<b>Descrição</b>	<b>Contrapartida</b>
Caatinga Cultural Entretenimento	“Terreiro Circular”	O projeto consiste na realização de seis mostras do coletivo multimídia Terreiro Circular, sempre precedidas por oficinas, nas cidades de Salvador (bairro de Plataforma e Sala do Coro do TCA), Juazeiro, Alagoinhas e Santo Amaro. O coletivo já vem se apresentando a mais de um ano em Salvador, realizando uma série de eventos multimídia em espaços diferentes da cidade. Esses eventos têm a música independente da Bahia como foco principal e vêm promovendo o intercâmbio entre músicos independentes de diferentes estados brasileiros com artistas locais. As seis mostras contarão com a participação de cinco músicos, sendo Mamá Soares na percussão, Gabriel Dominguez na guitarra baiana, Marcelo Santana no baixo e sintetizadores, Vinícius Mangaio no baixo, laptop, sintetizadores e samplers e Emanuel Venâncio na bateria. O coletivo contará com um VJ, Daniel Lisboa, em cada mostra. Os eventos serão produzidos por Vince de Mira, idealizador e realizador do projeto Terreiro Circular.	Oficina “Empreendedorismo na Cultura”, Oficina “Música, tecnologia e sincronização com outras linguagens”, e Oficina de Roadie
Julio César Pinheiro Caldas	“Ao Redor do Mundo”	O Projeto “Ao Redor do Mundo” consiste na junção de 06 artistas que irão trabalhar diferentes linguagens para chegar para chegar até o seu público. Através de oficinas volantes de música, mescladas com técnicas áudio visuais, que percorrerão as cidades de Valença, Porto Seguro e Itabuna e que finalizarão com um show, objetiva-se criar espaços de troca entre a cultura urbana e o interior.	Oficina de Cordas, Oficina de Novas Tecnologias Sonoras, Oficina de Arranjo, Oficina de Ritmo, Oficina de Canto, Oficina de Vídeo, Oficina de Roadie e Oficina de Produção Musical.
Tabuleiro das Baianas Cinema e Video Ltda	“Rebeca Matta e Banda - Turnê Rosa Sônica”	O tema central do presente projeto é a produção musical contemporânea brasileira. Prevê a realização da turnê do novo CD da cantora Rebeca Matta intitulado “Rosa Sônica”, lançado em 2006, composto por um show e uma oficina de capacitação em quatro cidades da Bahia: Salvador, Vitória da Conquista, Jequié e Feira de Santana, em Março de 2008.	Proposta: O público participará da elaboração do arranjo de uma música a ser apresentada no show, além da captação do áudio, edição digital e da projeção das imagens de vídeo-instalação.

### 3.2.2 Ações e projetos

Como principais projetos da Diretoria de Música em 2007 destacam-se o Mapeamento das Filarmônicas, o Encontro Internacional de Negócios Musicais, o Mês da Música e o Fórum de Música Mercado e Tecnologia.

O projeto **Mapeamento das Filarmônicas** foi elaborado com o intuito de mapear as regiões que são sedes das Sociedades Filarmônicas e, com isso, desenvolver uma política para estes grupos tradicionais. Também são apontados como objetivos do projeto:

- Criação do Núcleo de Filarmônicas, projeto da Oficina de Frevos e Dobrados e projetos para manutenção de instrumentos, memória dos compositores e acervo de partituras (apoiado pelo Fundo de Cultura da Bahia - FCBA);

- Discutir a possibilidade de criação de *Associações de Filarmônicas* nos territórios e a criação da *Federação das Filarmônicas da Bahia*;

- Identificar demandas das filarmônicas;

- Atualizar cadastro digital pré-existente, iniciado pela Casa das Filarmônicas;

- Discutir aspectos da pedagogia musical aplicada e a possibilidade da apropriação; de outras linguagens musicais no ambiente das escolas de música das filarmônicas;

- Discutir a criação do *Portal das Filarmônicas*, na web, e suas possíveis implicações.

Para o desenvolvimento do mapeamento foram divididos 10 territórios (Chapada Diamantina, Litoral Sul/Baixo Sul, Sertão Produtivo, Portal do Sertão, Recôncavo, Metropolitana de Salvador, Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, Semi Árido, Sisal, Irecê e Extremo Sul) que abrangem cerca de 70 municípios. Para cada território foi escolhido um município que sediaria os encontros com o representante da Diretoria de Música. O início do projeto foi em setembro de 2007 e se estende até 2008. Em 2007 foram realizados três encontros nos municípios de Feira de Santana, Cipó e Serrinha. A dificuldade para a execução do projeto se deu, sobretudo, porque a Diretoria de Música não dispõe de uma equipe suficiente. Para os assuntos relacionados à Filarmônica, a FUNCEB possui apenas um cargo.

As principais demandas identificadas com relação às Filarmônicas, referem-se ao acervo instrumental (manutenção e aquisição), à remuneração de mestres e professores, qualificação de mestres e professores e circulação das bandas inter-municípios e territórios, a exemplo do que ocorre durante os festivais. Outro dado

interessante coletado durante o mapeamento é de que em mais de 80% dos municípios visitados, os músicos e alunos das filarmônicas têm acesso gratuito à Internet, através dos Centros Digitais de Cidadania da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. A idéia da criação de um ambiente virtual direcionado às Filarmônicas, pela Diretoria de Música, foi bem aceita, inclusive a proposição de futuros cursos ministrados em ambiente virtual.

Através de diversas parcerias firmada com órgãos públicos como Promo (Centro Internacional de Negócios da Bahia), Sebrae, Pelourinho Cultural, Desenhahia (Agência de fomento do Estado da Bahia), Bm&a (Brasil, Música e Arte) e Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimento), foi desenvolvido o projeto **Encontro Internacional de Negócios em Música**, em agosto de 2007.

O foco principal do projeto foi a promoção da música produzida no Estado da Bahia. Desta forma, a comunidade musical do Estado pôde conhecer e participar de uma rodada de negócios com empresários do mercado musical europeu e americano que comercializam shows, discos, música digital para internet e celular, além de trilhas para games e filmes. Diversos jornalistas de veículos de comunicação de diferentes países vieram para conhecer a produção musical da Bahia.

Para participação no projeto foi aberta uma seleção pública divulgada através do site da FUNCEB e dos órgãos parceiros. Foram inscritos 129 projetos ao todo e selecionados 41 para participar da rodada de negócios. Os selecionados passaram por um curso preparatório para esse encontro, onde foram abordados temas como forma de apresentação de produtos musicais, questões de direito na área de propriedade intelectual em música e noções de exportação, a partir de manual da Apex.. Dos 41 artistas selecionados, foram escolhidos nove que se apresentaram na Praça Tereza Batista do Pelourinho, durante o projeto.

O problema principal do projeto foi com relação à execução da rodada de negócios pelo Sebrae. Além do auditório do Sebrae não dispôs de condições técnicas para um melhor aproveitamento do material dos artistas, como a rodada ficou concentrada somente em uma tarde, e o número de artistas selecionados foi numeroso, cada apresentação teve como tempo máximo apenas cinco minutos. Por conta disso, o rendimento das negociações foi apontado pelos artistas como insatisfatório, apesar de reconhecerem a relevância deste evento.

Como proposta de fomentar uma atividade que se mantivesse no calendário anual da Diretoria de Música, foi criado o projeto **Mês da Música**. A idéia principal do

projeto é celebrar o Dia Nacional do Músico em 22 de novembro, e com isso transformar o mês de novembro um mês comemorativo para música. O objetivo do projeto é facilitar o acesso do público a estilos musicais diversos e promover um intercâmbio entre os artistas, através de apoio a realização de atividades musicais na capital e no interior.

No Mês da Música as atividades giraram tanto em ações criadas pela própria diretoria, quanto em apoio a solicitações externas que tivessem como proposta realizar atividades no mês de novembro. O apoio a projetos, foi uma maneira que a diretoria encontrou de atingir áreas periféricas e o interior do Estado. Foram apoiados os projetos relativos à comemoração do dia da Consciência Negra no bairro de Alagados, o Festival de Filarmônicas do Recôncavo, na cidade de São Félix, e o grupo Ministereo Público, que se apresentou em quatro bairros da capital.

Parcerias foram firmadas com a Aliança Francesa, Instituto Cultural Brasil Alemanha/ICBA, Teatro do IRDEB, Pelourinho Cultural e Rádio Educadora, objetivando, principalmente, a promoção de shows (inclusive internacionais) e a difusão de produções musicais de artistas baianos.

No que se refere aos shows internacionais, o esse projeto proporcionou a vinda de artistas da Guiana Francesa, *Acusti' Cordes Trio* – grupo de música instrumental, que se apresentou na Aliança Francesa e no Pelourinho. A média de público na Aliança Francesa foi de 100 pessoas, enquanto no Pelourinho chegou a apenas 50 pessoas. A carência de público em eventos deste porte, principalmente em espaços como o Pelourinho, está relacionada a problemas com a divulgação. Além disso, o aproveitamento de espaços como as Praças do Pelourinho para shows deste gênero ainda causa estranhamento ao público que normalmente frequenta o Pelourinho.

Ainda em se tratando de shows internacionais, para compor a programação do Mês da Música a Diretoria de Música apoiou a vinda dos músicos holandeses *Jan Akkerman e Mike Del Ferro*, para apresentações gratuitas na Praça Pedro Archanjo no Pelourinho. O evento *Plataforma Brasil/Holanda* teve como motivação a possibilidade de intercâmbio com artistas locais. A apresentação dos artistas de jazz contou com a presença do grupo baiano Ilê Ayê, uma mistura de gêneros que se tornou bastante interessante ao olhar o público. A média de público chegou a 300 pessoas, número satisfatório para um evento de música instrumental.

A parceria com o IRDEB resultou no projeto **Plataforma de Registro e Difusão**. Esta ação da Diretoria de Música possibilitou apresentações de artistas baianos

selecionados pelo recém estruturado Fórum dos Músicos, no Teatro do IRDEB, com entrada gratuita. Os shows foram gravados e veiculados em programa da Rádio Educadora – Educadora Ao Vivo. A média de público por apresentação foi baixa, mas nesse caso o foco principal do projeto foi o registro e difusão do material artístico apresentado.

Um dos grandes trunfos do Mês da Música foram os shows de médio porte. A Diretoria de Música, em parceria com o Pelourinho Cultural, promoveu dois shows: com Bnegão e os Seletores de Freqüência e com a cantora Céu. Ambos apresentaram os trabalhos inéditos na Praça Tereza Batista do Pelourinho. Contrariando alguns produtores baianos, acostumados a trabalhar em eventos de música com artistas de forte apelo comercial, e, portanto, pouco arriscados com relação à quantidade de público, os shows de médio porte provaram ser um evento bastante retorno no que se refere ao número de espectadores. O primeiro show teve uma média de público de 1.000 pessoas, enquanto o segundo chegou a 1.600 pessoas, o que representou a capacidade máxima de público que o espaço comporta. Devido à lotação do espetáculo, cerca de 500 pessoas não conseguiram ter acesso ao show, criando um tumulto na entrada da Praça. Por conta disto, foi negociado no mesmo dia o retorno da cantora para o projeto “Sua Nota é um Show”, em fevereiro de 2008.

Finalizando a programação do projeto Mês da Música, outra iniciativa promovida pela Diretoria de Música foi o **Fórum de Música, Mercado e Tecnologia**. Realizado em parceria com o Instituto Cultural Brasil Alemanha/ICBA e a empresa privada de marketing Bitmedia, o Fórum de Música, Mercado e Tecnologia abordou temas referentes ao mercado musical e a relação entre as novas tecnologias e a atual dinâmica de negócios na área, como os novos sistemas de distribuição de conteúdo na Internet e pela rede de telefonia, as leis sobre propriedade intelectual, as redes de relacionamento, entre outros. O projeto foi pensado no intuito de inserir a Bahia na discussão das formas de distribuição, criação e comércio da música. Foram convidados jornalistas, técnicos, músicos, professores e estudiosos de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

As atividades foram divididas no formato de palestras e oficinas, ambas tratando de temas relacionados à economia e o mercado musical. Para isso, foram utilizadas as instalações físicas do ICBA. As oficinas contaram a participação de uma média de 100 pessoas, enquanto as palestras tiveram cerca de 150 pessoas. Para uma primeira edição este número foi bastante satisfatório, levando a diretoria a incluir este

evento em sua programação anual, na próxima edição em espaços culturais do interior do Estado.

No final de cada dia do Fórum de Música, Mercado e Tecnologia houve apresentações de artistas baianos no Pátio do ICBA, a cantora Mariella Santiago e o cantor Ramiro Mussoto. O público de cada show foi em média de 400 pessoas.

### **3.2 Apoios**

Como exposto, a política adotada por toda FUNCEB no início da sua gestão, esteve relacionada sobretudo aos Editais. Por conta disso, a Diretoria de Música apoiou projetos somente a partir do segundo semestre no ano de 2007. Alguns deles foram incorporados a projetos da própria diretoria, como foi o caso do Mês da Música.

Os apoios concedidos pela Diretoria de Música, em articulação com a Secretaria de Cultura, no primeiro semestre de 2007, foram aos eventos tradicionais de festejo popular da Feira dos Caxixis e ao 2 de Julho. O primeiro apoio foi concedido para o pagamento de cachês de dez Filarmônicas que participaram do evento. O segundo, foi feito em parceria com a Fundação Gregório de Matos, através de repasse de verba para o pagamento dos cachês das filarmônicas e os custos operacionais. O total de recurso destinado aos dois eventos somou no valor de R\$ 60 mil reais<sup>33</sup>.

Integrando a programação Mês da Música, foram concedidos apoios a alguns projetos que previam execução no mês de novembro. O projeto Multirão Mete Mão, foi desenvolvido pelo grupo de músicos, grafiteiros, dançarinos, DJ's e Toasters do Miniestéreo Público, em que fizeram apresentações relacionando música, teatro e dança em quatro bairros de Salvador. A média de público por bairro chegou a 250 pessoas, principalmente envolvendo jovens da periferia.

Ainda no mês de novembro, foram concedidos mais dois apoios onde o foco abrangia bairros periféricos de Salvador e municípios do interior do Estado. Foram eles a Caravana Cultural de Alagados e o Festival de Filarmônicas no Recôncavo. O primeiro foi um cortejo em comemoração ao dia da Consciência Negra envolvendo diversas linguagens artísticas, dentre elas a música, no bairro de Alagados, atingindo também os bairros circunvizinhos. Neste projeto a Diretoria de Música da FUNCEB

---

<sup>33</sup> Relatório cedido pela Diretoria de Musica – Funceb



entrou com financiamento de alguns custos operacionais, tais como aluguel do trio elétrico e divulgação.

O Festival de Filarmônicas do Recôncavo é um evento que acontece bianualmente na cidade de São Felix, no ano de 2007 a edição comemorou seu décimo segundo ano de existência. Cerca de 28 filarmônicas participaram do evento. Participaram do Festival filarmônicas tradicionais de municípios como Muritiba, Santo Amaro, São Gonçalo dos Campos e Nazaré das Farinhas.

O último apoio viabilizado pela Diretoria de Música em 2007 foi ao Projeto Pixinguinha. Este projeto, feito em parceria com a Funart/Minc, comemorou sua trigésima edição em 2007. Não foi uma iniciativa nova, pois o Projeto Pixinguinha a muitos anos recorre ao Governo do Estado para os custos de sua produção em Salvador. As apresentações musicais tiveram início em outubro de 2007 e se estenderam até janeiro de 2008.

A programação do Pixinguinha foi escolhida através de edital da Funarte lançado no início do ano de 2007. A idéia dos organizadores do evento foi de montar uma grade sempre relacionando um artista conceituado no mercado com outro artista da nova geração. Nesta edição não houve a participação de nenhum artista baiano.

Uma novidade deste projeto, comparado aos anos anteriores, se refere ao fato do local das apresentações. Em todos os anos as apresentações eram sediadas na Sala Principal do Teatro Castro Alves, em Salvador. Em 2007, iniciativa inédita, das sete apresentações do projeto, uma aconteceu em Santo Amaro da Purificação e outra na Praça Tereza Batista no Pelourinho. A idéia de descolar as apresentações para outros espaços, além de dinamizar o projeto, permite que públicos de diferentes lugares tenham conhecimento de trabalhos de artistas renomados nacionalmente.

### **3.3 Desafios para área de música**

A construção de uma política cultural consistente para música, é bastante difícil se for levado em conta à dimensão territorial da Bahia, com 417 municípios, bem como os diversos gêneros que são produzidos em todo Estado. Atingir as áreas que até então não tiveram acesso às iniciativas públicas é um desafio para a nova gestão pública.

Para o ano de 2008, a Fundação Cultural do Estado da Bahia e sua Diretoria de Música pretendem aumentar numerosa abrangência de suas ações. Apesar de comparativamente a gestão anterior ter mostrado um grande avanço na área musical, as demandas continuam enormes, principalmente no interior, onde há, ainda, uma escassez de políticas públicas.

A Diretoria de Música pretende lançar em 2008 três editais, além de firmar parcerias com o IPAC e a Secretaria de Cultura para lançamentos de outros. Com relação aos projetos, a intenção é de ampliar os já existentes e conceber novos que irão beneficiar artistas e produtores ligados a música.

Projetos como o Mês da Música e o Fórum de Música, Mercado e Tecnologia serão desenvolvidos numa proporção maior que em 2007. Ambos os projetos pretendem se estender a cidades do interior do estado, na tentativa de promover a interiorização e a diversidade das ações e metas da Secretaria de Cultura. Como lembra o Ministro da Cultura Gilberto Gil

Parte da nossa capacidade de agir politicamente ainda se deve muito aos Estados. Ao se redesenhar, me parece que o Estado tem hoje pela frente muitos papéis decisivos, se for democrático, atuante e tiver uma visão da diversidade cultural interna e externa<sup>34</sup>

Um dos maiores desafios da Diretoria de Música no decorrer da gestão é no que tange as ações para as filarmônicas. A principal necessidade é fortalecer o Núcleo de Filarmônicas e, com isso, por em prática os projetos que estão propostos para esse segmento. Dentre eles estão os de “Educação Musical Continuada”, através do qual serão oferecidos cursos e oficinas de capacitação e de educação musical para as Sociedades Filarmônicas, a continuação do projeto “Mapeamento das Filarmônicas” e a viabilização de uma parceria com a OSBA para que sejam feitas apresentações conjuntas no interior do estado e na capital.

---

<sup>34</sup> [http://diplo.uol.com.br/2007-01\\_a1481](http://diplo.uol.com.br/2007-01_a1481) Acesso em 10 de junho de 2008.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez por seu forte potencial de mercado, criou-se a ilusão, por parte de alguns artistas, gestores e políticos, de que a música, baiana em nosso caso, não necessita ser alvo de uma política de governo para sua produção, difusão e comercialização. Ao contrário disso, acreditamos ser indispensável a intervenção do Estado, sobretudo no fomento aos segmentos musicais marginalizados pela mídia e pelo mercado, através de políticas públicas de cultura voltadas especificamente para a área de música. Até mesmo porque, se considerarmos a diversidade de gêneros musicais da Bahia, percebemos que determinados segmentos não conseguem, por si só, manterem-se sem o apoio estatal, e este é o caso, por exemplo, das filarmônicas e da música erudita.

As políticas culturais desenvolvidas para música pela extinta Secretaria de Cultura e Turismo e pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, até o ano de 2006, eram pouco abrangentes se levarmos em consideração a diversidade da produção musical baiana. Os recursos disponibilizados eram concentrados em pequenos grupos de produtores culturais ou artistas. Exemplo são programas como o Fundo de Cultura de Bahia/FCBA e o Faz Cultura. O primeiro viabilizou, durante todo ano de 2006, o apoio a três projetos de música, dois deles de instituições sem fins lucrativos (ONG) que recebiam um repasse de verba para desenvolver as políticas culturais do Estado, nos referimos, neste caso, a Casa das Filarmônicas e a Sociedade Musical Oficina Frevos e Dobrados. O Faz Cultura, apesar de possibilitar o apoio a diversos projetos, não tinha uma abrangência em todo Estado, cerca de 95% dos seus recursos ficavam concentrados na capital baiana.

Com a mudança do governo, a criação de uma Secretaria de Cultura e de uma Diretoria de Música na Fundação Cultural, houve uma ampliação das políticas culturais na área musical. O FCBA ampliou significativamente o número de apoios, passando de quatro do ano anterior para 17 apoios em 2007. No Faz Cultura também houve uma mudança com relação à distribuição dos seus recursos. Apesar de manter o mesmo número de apoios de 2006, um novo decreto na sua lei passou a destinar 50% dos recursos a projetos do interior do Estado.

Ao analisarmos a atuação da gestão atual da Fundação Cultural do Estado da Bahia/FUNCEB e de sua Diretoria de Música, através de uma política baseada em editais, projetos e outras iniciativas, observamos um avanço considerável.

A criação da Diretoria de Música por si já deu um maior destaque as ações desenvolvidas na área. Foram lançados dois editais no ano de 2007, o Produção de Conteúdo Digital em Música e o Multimídia Circular, apoiando artistas da capital e do interior. Dos projetos, destacam-se o Mapeamento das Filarmônicas, que promoveu um diálogo com instituições tradicionais; o Encontro Internacional de Negócios Musicas, que colocou em contato músicos baianos e representantes das principais mídias e gravadoras do mundo (Warner, Fox, etc); as oficinas e palestras do Fórum de Música, Mercado e Tecnologia; e os shows e apoios concedidos no Mês da Música.

O projeto Sua Nota é um Show, além de ampliar para outras linguagens artísticas (como cinema, dança e teatro) começou a investir em atrações diferenciadas, fora dos holofotes midiáticos.

Um dos grandes trunfos deste governo foi a reestruturação da Orquestra Sinfônica da Bahia/OSBA e a criação do NEOJIBÁ. Com nova direção, os concertos apresentados passaram de dois ao mês até 2006, para uma vez na semana em 2007. Além disto, a OSBA passou a desenvolver atividades envolvendo oficinas de capacitação e apresentações em espaços fora do Teatro Castro Alves, como igrejas, praças públicas e no interior do Estado.

O principal desafio para área musical é em ampliar suas ações no interior do Estado. Apesar do direcionamento de partes das ações para o interior, como a reserva de 50% no Faz Cultura e as cotas nos editais da FUNCEB para projetos do interior, as demandas ainda são enormes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Henrique de; PESSOTI, Gustavo Casseb. A Evolução da Indústria Fonográfica e o Caso da Bahia. In: *Bahia: Análises e Dados*. Salvador, 9(4):90-107, 2000.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *Axé e Pagode: os novos fenômenos comunicativos*, 2000. Disponível na Internet: <<http://www.fafich.ufmg.br/gris/biblioteca/artigos>> Acesso em 5 de abril de 2008.

BARBALHO, Alexandre. *Por um conceito de política cultural*. [Salvador]: [EDUFBA], [2003 ou 2004]. Mimeografado. Inclui bibliografia.

BARBALHO, Alexandre. *Política cultural*. In: RUBIM, L. (org). *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2005.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. *O que é ação cultural?* 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

GUERREIRO, Goli. Um mapa preto e branco da música na Bahia: territorialização e mestiçagem no meio musical de Salvador. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v.8, n.1, p.33-49, jun. 1998.

GUERREIRO, Goli; MOURA, Milton. *Criatividade e Trabalho no Cenário Musical da Bahia*. Relatório de Pesquisa. Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT/UFBA, 2004.

GUIMARÃES, Carla. O axé music abre caminho para o som underground. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 56-58, mar. 1996.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

JANOTTI, Jéder. *Música Popular ou Música Pop? Trajetórias e Caminhos da Música na Cultura Mediática*. 2005 (artigo)

NUSSBAUMER, Gisele. *O Mercado da Cultura em Tempos (Pós) Modernos*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PORTO, Marta. *Por uma política pública de cultura*. Disponível em: <<http://www.culturaemercado.com.br/opinao.htm>> Acesso em: 18 de maio de 2008.

RUBIM, Albino. *Políticas culturais entre o possível e o impossível*. Anais do II ENECULT, Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CD-Rom – texto completo). CULT/FACOM/UFBA, 03 a 05 de maio de 2006, Salvador/BA..

SARAIVA, Cristina. *Música Brasileira: um patrimônio à deriva*. Disponível em: <<http://www.culturaemercado.com.br/setor.php?setor=3&pid=510>>, 2006.

VIEIRA, Mariella Pitombo. *Política cultural na Bahia: uma abordagem sobre concepções e modos de intervenção do Estado no campo da cultura* (Bahia - 1995-2002). In: *Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande - MS, v. 12, p. 110-120, 2006.

VIEIRA, Mariella Pitombo. *Política Cultural da Bahia: O Caso Faz Cultura*: UFBA, 2004. Dissertação de (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia da Bahia.

\_\_\_\_\_. *Política Cultural: a arte sob tutela*. **A Tarde**, Caderno 2. Salvador, 23.jul.2000b. WEFFORT, Francisco. *Cultura é um bom negócio*. Disponível em: <http://www.minc.gov.br/textos/ja11.htm>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT). Disponível em: <  
<http://www.cultura.ba.gov.br>>

Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB). Disponível em: <  
<http://www.funceb.ba.gov.br>>.